

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

" MOVIMENTO DE MULHERES OU MULHERES EM MOVIMENTO"- o percurso
das coordenadoras do movimento de Mulheres do Brejo paraibano

VERA LUCIA DE MENDONÇA SILVA

Campina Grande

janeiro / 1995

VERA LUCIA DE MENDONÇA SILVA

MOVIMENTO DE MULHERES OU "MULHERES EM MOVIMENTO" o percurso
das coordenadoras do Movimento de Mulheres do Brejo paraibano

Dissertação apresentada ao
Mestrado em Sociologia Rural da
Universidade Federal da Paraíba,
campus II, como requisito para
obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra. Paola C. Giulliani

Co-orientadora: Prof. Maria do Socorro Pereira

Campina Grande

janeiro / 1995



S586m	<p>Silva, Vera Lúcia de Mendonça.</p> <p>"Movimento de mulheres ou mulheres em movimento" : o percurso das coordenadoras do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano / Vera Lúcia de Mendonça Silva. - Campina Grande, 1995.</p> <p>123 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1995.</p> <p>Referências.</p> <p>"Orientação : Prof^ª. Dr^ª. Paola C. Giulliani, Prof^ª. Maria do Socorro Pereira".</p> <p>1. Sociologia Rural - Mulheres. 2. Movimento de Mulheres - Relações de Gênero - Década de 70. 3. Trabalhadoras Rurais - Lideranças - Paraíba (PB). 4. Dissertação - Sociologia Rural.. I. Giulliani, Paola. C. II. Pereira, Maria do Socorro. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). IV. Título CDU 316.334.55-055.2(043)</p>
-------	--

MOVIMENTO DE MULHERES OU "MULHERES EM MOVIMENTO" ? o
percurso das coordenadoras do MMT do Brejo paraibano.

VERA LUCIA DE MENDONÇA SILVA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/1994

PAOLA CAPPELLIN GIULLIANI
orientadora

MARIA DO SOCORRO PEREIRA
Co - orientadora

GLAYCE G. C. GARCIA
Componente da Banca

NEIDE MIELE
Componente da Banca

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
janeiro/1995

As trabalhadoras que coordenam o grupo de mulheres do Brejo paraibano forneceram elementos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e produção do texto final. Através delas, consegui informações que subsidiaram o estudo, dando-lhe forma. O contato me fez perceber e sentir a luta de um grupo que procura modificar um estilo de vida e transformar relações sociais cotidianas. Compreendi sua história.

Para que o projeto fosse possível contei com o apoio do CNPq, a título de bolsa de pesquisa, durante o curso de mestrado e trabalho de campo, como também do financiamento da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que, pelo programa de pesquisa "sobre Processos de Participação Popular nos Programas de Mestrado das Regiões Nordeste e Norte do Brasil", concedeu-me uma dotação individual possibilitando a pesquisa de campo e elaboração do texto.

A UESC favoreceu o meu deslocamento para as discussões com as orientadoras, bem como para a apresentação do estudo na universidade em que sou inscrita como estudante de mestrado.

As discussões com as orientadoras, muitas vezes sob o impacto da distância e das dificuldades impostas pelas atividades desenvolvidas no campo do trabalho, tiveram uma grande contribuição para o meu amadurecimento intelectual.

Na produção do texto final contei com o apoio de Jane, no processo de digitação e de Cláudia e Braulino na revisão do texto.

Algumas pessoas em particular contribuíram de forma indireta para que esse estudo fosse concluído: Antônia, Jane, Amilton, João, Joca, Xênia e Ceíça, com incentivos durante o curso e nos contatos esporádicos dos últimos dois anos. Outros tantos amigos incentivaram o trabalho ao ouvirem as dúvidas e incertezas e cobrarem uma postura acadêmica, aqui incluo aqueles que estiveram e estão comigo nos últimos anos...

A todos agradeço.

RESUMO

O debate que se instaurou no país, na década de 70, acerca da problemática da mulher, chega ao Brejo paraibano sob a égide de um grupo de trabalhadoras rurais, formado no interior da Pastoral da Terra. Sua preocupação é despertar nas mulheres da região o interesse por questões relacionadas à sua condição de MULHER TRABALHADORA.

O grupo de mulheres, hoje denominado Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), tem dado uma grande contribuição no processo de construção de um novo estilo de vida de suas militantes. É notável a contribuição do Movimento no processo de reelaboração do conhecimento, cujas idéias estão estruturadas em torno de uma nova concepção de vida, em que o tributo é a perspectiva de reformulação de um pensamento cuja prerrogativa era a anulação da mulher enquanto sujeito. No momento anterior à entrada no grupo, tem-se uma visão imediatista e individualizada de uma situação desigual, colocada como natural. A relação familiar segue o modelo tradicional e as relações de trabalho não são criticadas. No momento em que a trabalhadora entra em contato com outras mulheres e passa a perceber sua condição como uma questão social, entra num processo de revisita ao seu interior, cujo auge será a negação da naturalização dos papéis e a transformação desta naturalização em problemática. O pensamento atual, homogêneo, crítico e

transformador influencia uma prática inovadora, contribuindo para a transformação dos espaços de atuação: o privado e o público.

Este texto é o resultado final de uma análise da trajetória de um grupo de trabalhadoras que coordenam o MMT, e aparece numa perspectiva de contribuição para o atual debate sobre relações de gênero. A intenção é trazer à tona uma discussão em torno do processo de mudança do "estilo de vida" das coordenadoras do MMT, pontuando a transformação que se instaura em suas práticas cotidianas a partir da descoberta de si enquanto sujeito político.

O debate é construído em sintonia com alguns teóricos que tiveram a preocupação de analisar o dinamismo da sociedade partindo do estudo das representações. O estudo constitui-se, na verdade, numa discussão inicial sobre nossas inquietações acerca da problemática da mulher rural.

SUMARY

The debate which was established in our country about women's during the 1970's, reached the "Brejo paraibano" sponsored by a group of rural area workers, formed within "Pastoral da Terra". Its aim is to awaken in women from that regions the interest in questions related to their condition as working women.

The group of women, now named "Movimento de Mulheres Trabalhadoras" (MMT), has given great contribution to the construction process of a new lifestyle for its militants. It's noticable the contribution of the movement to the process of rethinking knowledge, whose ideas are structured on a new concept of live, in which the tribute is the perspective of reforming a thought whose prerogative was the annihilation of women as subjetiots. Before joining the group, one has an immediate and individualized view of an unequal situation, said to be natural. Family relations follows the traditional pattern and labor relations are not critized. On the moment at which the working woman contacts other women and comes to realize her condition as a social question, she undergoes a process of revisiting her inner self, whose acme will be the denial of the naturalization of social roles and the change of this naturalization into a problem. The present thought, homogeneous, critic and trasforming influences an innovative practice from the new view over reality contributing for the transformation of the

acting areas, both the private and public area.

This text is the final result of an analysis of the trajectory of a group of working women who coordinate the MMT and it appears in a perspective of contribution for the debate on relations of this kind. The intention is to come up with a new discussion about the process of change of MMT's coordinators' lifestyle, pointing at the transformation that occurred in their every day practices since they found themselves as political subjects.

The debate is built in sympathy with some theorists who cared to analyze the dynamism of society from the study of the social image. This study consists, in reality, of an initial discussion about our inquietudes on rural area women's problems.

INDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Trajetória da pesquisa.....	15
1.2. Recursos metodológicos.....	19
2 - A FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE MULHERES NO BREJO PARAIBANO.....	22
2.1. O percurso das trabalhadoras até a pastoral.....	32
2.2. O surgimento do grupo de mulheres.....	34
3 - A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLITICO.....	55
3.1. Perfil das trabalhadoras.....	56
3.2. Condições de vida e práticas políticas.....	60
3.3. Metodologia e pedagogia do grupo.....	74
4 - O PERCURSO DAS COORDENADORAS DO MMT.....	84
4.1. A redefinição das práticas sociais.....	92
4.2. Práticas sindicais.....	95
4.3. A CUT como espaço de representação.....	103
4.4. O partido como instância do poder.....	106
5 - CONCLUSÃO:	113
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	120
ANEXOS	124

1 - INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos vinte anos, mulheres organizadas questionam sobre o seu lugar na estrutura social e promovem transformações nos âmbitos sociais, quais sejam família, mercado de trabalho, religião, ciência, entre outros.

No intuito de entender como se processam essas mudanças e sob que forma elas são apreendidas e socializadas, escolhemos para estudo um grupo de mulheres trabalhadoras em uma região da Paraíba, o Brejo. Esse grupo existe há 12 anos e é denominado Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT).

O nosso interesse é, em primeiro lugar, perceber de que modo o MMT contribui para a reelaboração e transformação de representações sociais em prática política, sem perder de vista a forma como se articulam "sistemas simbólicos" e sua "base material".

1 - Para que possamos entender as alterações culturais em torno do modo de vida do grupo de mulheres estudado, devemos considerar a relação existente entre base material, estruturas simbólicas e representação social no quadro de referências. Em Saffioti (1992) encontra-se um conceito de representação fundamentado numa relação entre base material e estrutura simbólica que nos auxilia no entendimento das práticas culturais dos sujeitos sociais. Segundo a autora "a representação não se confunde com a vivência, com a experiência. A representação é o pensar-sentir a vivência. Tem lugar segundo uma base material, que nutre o nível simbólico

Interessa-nos pensar sobre o processo que modifica o discurso e a prática de trabalhadoras rurais e faz aparecer um novo estilo de vida, pautado numa nova concepção de relações de gênero.

Nessa perspectiva tomamos como objeto de estudo o grupo de mulheres que coordena o MMI, procurando verificar sob que condições modificam o discurso e a prática anteriores à entrada no grupo e estabelecem um novo estilo de vida, a partir de sua inserção neste.

O estudo das relações de gênero, ao longo dos últimos anos, ocorre vislumbrando o campo das representações e ações que se constituem sob o estigma dos papéis sociais, procurando despertar na sociedade a necessidade de repensar sobre o processo que instaura a comunicação desigual entre seus indivíduos.

A discussão tem como ponto de partida a própria forma sob a qual se expressa a legitimação dos papéis, os valores

cont.

e por ele é alimentada."p.209. Assim sendo, as ações decorrem da representação que se tem da realidade, constituindo, dessa forma, uma verdadeira "força material". É essa perspectiva que procuramos desvendar neste estudo. Se a cultura é "formadora do gênero", como afirma Saffioti, devemos adotá-la como recurso metodológico no entendimento das transformações operadas por mulheres do Brejo paraibano.

sociais que norteiam as ações dos indivíduos , cuja rede de referências se constitui em suas próprias relações.

O debate pode ser melhor compreendido se associado a questões que nos levam de forma imediata à relação entre o processo cultural e a estrutura social, por deixar entrever que o comportamento dos sujeitos está implicado nos valores que se constituem no interior da sociedade, que se instala em seus imaginários, numa reelaboração feita através de relações cotidianas.

Nesse sentido, é possível compreender a relação assimétrica entre homens e mulheres, nas sociedades modernas, construída, socializada e legitimada por seus membros no decorrer do processo histórico. Essa relação é sustentada pela interação de sujeitos que se servem de símbolos como fundamento de sua comunicação, numa linguagem compreensível ao comunicador e ao interlocutor, ou seja, aos que reconhecem ou se reconhecem no diálogo.

No debate instaurado na década de 80, no Brasil, que tem como cenário os movimentos sociais emergentes, a perspectiva é de entendimento do que existe de "novo" nos grupos que têm surgido e sua forma de contribuir com o processo de construção de uma identidade coletiva e de um novo sujeito.(SADER, 1987).

Não nos interessa, entretanto, rever todo o processo discussivo da década, mas, fazendo um balanço das abordagens

que melhor contribuïrem para o entendimento das questões por nós levantadas, tomar por empréstimo, em alguns autores, categorias que venham nortear nosso estudo.

Sader, por exemplo, em sua análise dos Movimentos Sociais (op.cit.), deixa entrever que uma visão estrutural acerca do agrupamento de pessoas para uma ação é limitada e não oferece subsídios para a compreensão da singularidade de cada um. Para o autor, além das condições objetivas dadas, a noção de Movimentos Sociais encontra-se vinculada às categorias necessidade, simbólico, identidade, direito e sujeito tendo, como princípio básico, a contraposição autonomia/alienação. Essas categorias nos permitem uma visão de dentro do universo de valores dos indivíduos, como atores nos movimentos, por nos possibilitar compreender a percepção que eles têm da relação imaginário/simbólico/ação.

É possível, por esse caminho apontado, analisarmos por exemplo, a dinâmica dos grupos de mulheres, em particular, que envolve a reelaboração das representações de sujeitos sociais num processo em que estes vão se tornando sujeitos políticos ativos.

Conforme Sader, é a elaboração de forma " mental e prática", pelos indivíduos, das condições dadas, que configura os movimentos sociais, nos quais o simbólico entra como forma de mediação que põe em relevo as necessidades sociais.

No sentido acima , o autor acredita não ser o comportamento dos indivíduos definido apenas pelas condições objetivas dadas, mas sobretudo pela capacidade de reelaboração que eles detêm dessas condições. Essa capacidade singular é que deve ser buscada , sendo compreensível quando se faz uma análise de dentro do grupo. A preocupação do autor gira em torno

(...)do processo de atribuição de significados, pelos quais uma ausência é definida como carência e como necessidade, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos interesses de uma coletividade.
(p.43)

Esse tipo de análise pode ser utilizado para pensar sobre o nosso objeto de estudo . Buscaremos compreender, em um grupo de trabalhadoras, seu olhar e discurso sobre sua condição de vida para, em seguida, transformar uma carência individual em necessidade coletiva e, assim, incentivar uma ação em grupo, quando então partilham de uma mesma elaboração cultural das necessidades no que se refere a trabalho, saúde e poder. É essa metodologia que pretendemos recuperar no desenvolver desse estudo. Na perspectiva de Sader,

a importância relativa atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam, depende de uma constelação de significados que orientam suas ações.(p.43).

Aqui Sader nos remete a Castoriadis(1986), quando este

trata a categoria necessidade num processo de elaboração cultural em que o homem, "so pode existir definindo-se de cada vez como um conjunto de necessidades e de objetos correspondentes"(1982;164). O autor retoma Castoriadis quando da relação entre o racional e o real no processo histórico , considerando aqui as influências das condições objetivas e simbólicas anteriormente dadas, no processo de constituição das "novas significações":

O imaginado não cobre, portanto, todo o fazer histórico, mas constitui uma dimensão deste, através da qual uma capacidade criadora da imaginação produz novos significados. Essa capacidade, que Castoriadis chama de "imaginário radical", se efetiva na história sob a forma de um "imaginado" (ou "imaginário efetivo"). São os sistemas de significações que estão na base dos simbolismos de cada sociedade, das suas instituições e dos fins aos quais ela subordina sua funcionalidade. (p.46).

É a rede simbólica que serve de vínculo entre o real e as representações sociais. A práxis resultaria do processo de elaboração/reelaboração de significados dos significantes, que os indivíduos ,na qualidade de sujeitos² históricos, têm o poder de instaurar .

2 - Castoriadis (1982) aponta a relação entre o social-histórico, como denomina, e o simbólico: " Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos - o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade - os inumeráveis produtos materiais sm os quais nenhuma

Sader toma o simbólico como a força de expressão e sustentação dos movimentos sociais e como fonte de entendimento de sua análise. Pelo simbólico, há a identificação dos sujeitos e a determinação da ação, através do reconhecimento entre si e das necessidades objetivas.

O fato novo, nos movimentos sociais, é a interação entre sujeito e ação, mediada pelo simbólico, no processo de construção de demandas, a partir de necessidades transformadas em reivindicações, quando exteriorizadas. Existe um imaginário constituído, cuja reelaboração culmina com as práticas instituintes.

Em Sader, temos uma proposta de análise das estruturas sociais voltada para a percepção da relação recíproca entre sujeito e realidade objetiva. O autor enxerga a sociedade como parte de um processo no qual os homens estão inseridos para lhe dar significação - ao tempo em que são produtos desta mesma sociedade.

Tomamos essa visão como pano de fundo em nosso diálogo com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo paraibano -MMT- compreendendo que este contribui na reelaboração de valores e na construção de sujeitos políticos que irão atuar

cont.

sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica".p. 142.

a partir, inicialmente, de uma auto-determinação³.

O MMT se apropria do discurso das trabalhadoras na perspectiva de reelaborá-lo e transformá-lo em um discurso do grupo. Há uma pré-ocupação, por parte do Movimento, em saber quais são as carências sentidas pelas trabalhadoras para, em seguida, procurar transformá-las em necessidades do grupo. O passo seguinte é procurar supri-las, enquanto necessidades coletivas, com o auxílio das pessoas envolvidas neste.

Esse percurso é visto por Lobo (1987), na análise que faz dos movimentos sociais,

Mas a constituição dos movimentos implica também numa problematização do processo de formação do coletivo, no agenciamento de vontades para a formulação das demandas e nas implicações deste momento em que, ao mesmo tempo, uma necessidade é interiorizada e se transforma em reivindicação voltando-se para fora do indivíduo, estendendo-se como reivindicação coletiva que supõe interação e solidariedade. (p.176).

Essa concepção é tomada de empréstimo, nesta análise, quando procuramos entender todo o processo que transforma trabalhadoras do campo em atrizes sociais, eliminando, assim, a antiga visão que as coloca como

3 - Para melhor compreensão dessa questão veja-se Sader (1987), Laclau (1986) e Evers (1984).

alheias ao processo histórico, fazendo-as aparecer como sujeitos políticos. A ação das mulheres dá-se, principalmente, no interior do Movimento, que tem a capacidade de transformar uma ausência em necessidade, sistematizar o discurso e organizar pessoas para uma ação direcionada. Seguiremos de perto a perspectiva de Lobo quando afirma que

A formação do movimento não é o resultado de uma relação causal: miséria-demanda ou opressão -reivindicação, ou ainda inversamente expansão de serviços públicos -necessidades mas a formulação e demandas, reivindicações, ou necessidades coletivas passa pela construção de uma idéia de direitos pelo reconhecimento de uma coletividade. (p.176).

Para chegarmos a uma compreensão da relação significado-significante em um grupo específico, resgataremos Chauí que teve a preocupação de perceber como as relações sociais aparecem para os indivíduos, através do estudo do diálogo entre os discursos.

Esse diálogo é trazido por Chauí(1980), quando analisa a categoria ideologia. Nela encontramos a noção de ideologia articulada à estrutura social, em que os sujeitos sociais, ao mesmo tempo que participam do processo de constituição da sociedade, através de suas ações, são produtos desta mesma sociedade, que lhes dá condições para sua ação. Existe um duplo movimento (como denomina) na relação sociedade e sujeitos sociais, que culmina na própria representação dessa relação como forma de explicação da

4
realidade concreta . A autora recorre a duas categorias:
instituinte e instituído , como formas de discursos
5
elaborados na relação sujeito/sociedade. O discurso
ideológico é o discurso instituinte, tornado
instituído, quando apreendido e reelaborado em
correspondência a uma necessidade histórica e posto como
discurso universal, existindo acima de todos os interesses
reais, ao mesmo tempo que produto destes.

E elaborado, assim, um discurso que,
partindo do discurso social, (o discurso
do social) e do discurso político (o
discurso da política) se transforma num
discurso impessoal sobre a sociedade e
sobre a política. (p.19).

Chauí, entretanto, toma como ponto de partida, em sua
análise, o discurso do sujeito e o coloca como fundamento
do discurso instituído. A autora nos deixa como legado o
diálogo que se arrola entre os dois campos, acentuando
essa troca, quando eleva a presença do Estado e faz
aparecer a categoria ideologia, como forma acabada do
discurso do outro.

Aparecendo como um poder uno,
indiviso, localizado e visível, o Estado
moderno pode ocultar a realidade social,
na medida em que o poder estatal oferece

4 - Sobre o estudo da ideologia na perspectiva aqui
analisada, cf. Chauí, 1980.

5 - O instituinte, na concepção de Chauí, é a "ação
fundadora", em termos de práticas sociais, e o
instituído é apreensão e transformação dessa ação
em um discurso homogêneo sob a égide do Estado.

representação de uma sociedade, de direito, homogênea, indivisa, idêntica a si mesma, ainda que de fato esteja dividida. (p.20).

Nessa perspectiva, quando faz coincidir o discurso instituído com o real, a ideologia procura legitimar a presença do Estado como corpo autônomo em relação ao social e como provedor do que lhe falta. O discurso ideológico surge com o intuito de homogeneização, dando um referencial comum aos indivíduos através de uma lógica de identificação que une pensamento, linguagem e realidade, ao mesmo tempo que remete as diferenças para o plano individual.⁶

A ideologia constitui-se em representações e normas que orientam a prática dos indivíduos. É, nessa concepção, um discurso autônomo sobre o social, em que as idéias são a própria representação do real.

O que temos, na verdade, é uma articulação entre os dois campos, cujo sentido é dado pela disposição de um e outro em cada lugar.

Chauí analisa a categoria ideologia vinculada à dinâmica das relações sociais. Na relação entre ideologia e sociedade, percebemos que elementos culturais são politizados e o que antes era instituinte passa a ser

6 - Cf. Chauí, op cit.

instituído.

Essa ótica é evidenciada no processo de comunicação que foi inaugurado pelas feministas em nossa sociedade, no decorrer das três últimas décadas, no qual a prerrogativa está sobre os direitos da mulher. Emerge um diálogo entre as mulheres e a sociedade que toma por base o discurso sobre o social na perspectiva de reformulá-lo. O debate instaurado dá-se no campo das representações, em que o discurso das mulheres, em sua forma sistematizada, aponta para a mudança dos conceitos estabelecidos acerca da relação assimétrica entre homens e mulheres e surgimento de um novo discurso, cuja ênfase é a busca da igualdade respeitando as diferenças. O discurso é elaborado a partir do universo cultural, e é apresentado num processo que institui uma ação prática como mecanismo que simboliza negação/elaboração do discurso. Tal ação se configura no grupo constituído pelas mulheres. Aquele tem o poder de se colocar como lugar que procura ordenar as idéias e se dispor como o campo da negociação no processo inaugurado, aparecendo como o ponto chave para a compreensão do desenvolvimento da ação iniciada. Conforme Castoriadis, o discurso do outro é apreendido e transformado em discurso do sujeito na relação, e é essa troca que vai permear toda a compreensão do social. Por outro lado, o discurso do outro se constrói no discurso dos sujeitos...

A "ideologia de gênero" é um exemplo dessa

perspectiva de análise. A representação que os indivíduos têm acerca da sua posição na sociedade, enquanto homem ou mulher, a organização de suas vidas, é socialmente apreendida e deve-se analisá-la vinculada à dinâmica das relações sociais.⁷ Saffioti faz uma análise da categoria gênero sob uma perspectiva dialética, em que pontua a subjetividade do conhecimento. A autora formula que "é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades-direitos do outro gênero". O gênero é uma relação social, afirma, e desse modo pressupõe uma interação e não uma oposição, entre as partes em jogo. (p.192-193). Conforme essa concepção, o gênero é uma categoria que deixa transparecer a "trama das relações sociais"⁸ e nos remete à uma forma de ser no social, à uma maneira de viver essas relações em todos os âmbitos, a um estilo de vida⁹

7 - Vale a pena resgatar um trecho do artigo de Saffioti sobre gênero em que ela afirma que "a ideologia de gênero, como de resto toda ideologia, é modelada pelas experiências e práticas da vida cotidiana e nelas está enraizada".

8 - Cf. Saffioti, op. cit.

9 - Tomamos como estilos de vida formas de ser, maneiras de agir, expressar-se, práticas, enfim, dos indivíduos. De acordo com Bourdieu "às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o habitus, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto".p.81.

culturalmente definido.

A partir do exposto, podemos concluir que o discurso dos sujeitos sociais é resultado dessa trama de relações, sendo construído, elaborado e modificado na relação; além disso podemos aferir que são os indivíduos, enquanto agentes sociais, que lhes dão forma em cada momento a partir de uma idéia que detém sobre o terreno social, num processo em que entram em cena a articulação entre o conhecimento subjetivo e objetivo, a estrutura social, os sistemas simbólicos e as relações de gênero.

Transportamos esse olhar para nossa análise, procurando compreender o embate que as trabalhadoras, inseridas no MMT, vêm estabelecendo com a sociedade a partir de demandas sempre recriadas. Tomamos o MMT como um exemplo de organização que procura desenvolver um trabalho fundamentado no sistema de símbolos, introduzindo-se no universo cultural, visando a transformar um discurso ideológico em contradiscurso. Este percurso tem início com a apreensão dos signos e sua utilização na comunicação, com a finalidade de penetrar no imaginário das mulheres. A idéia é transformar falas isoladas em um discurso coletivo, elaborado, que tome por base necessidades originárias partindo de condições objetivas dadas.

Dessa forma, as carências são exteriorizadas, tornando-se comuns pela utilização do recurso de símbolos de comunicação que todas reconhecem, e a ação torna-se

possível.

É necessário, pois, atentar para a relação entre o real e a representação desse real, na perspectiva de entendimento da sociedade, sendo próprio afirmar que esta produz sempre uma ordem simbólica, permeada pelo que já existe e traduzindo-se no racional, como nos sugere Castoriadis.

1.1 - Trajetória da pesquisa

Este trabalho é a continuação de uma pesquisa realizada em 1988, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais (com área de concentração em Antropologia), sob o benefício de um financiamento do CNPq, no nível de bolsa de iniciação científica.¹⁰

A pesquisa foi efetuada em um município do Brejo paraibano, objetivando compreender sob quais condições se constrói a defesa dos direitos das trabalhadoras rurais. Para responder a essa questão, fez-se necessário perceber em que momento estas trabalhadoras exteriorizavam suas necessidades, tornando-as coletivas, e passavam a lutar para supri-las.

10 - Vale a pena ressaltar que essa trajetória tem seu início em uma pesquisa sob a coordenação da prof. Paola Cappellin em 1987, intitulada "Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste 1976/1986", sob um financiamento da F.C. Chagas. A participação nessa pesquisa despertou o interesse sobre gênero e estimulou a continuidade deste trabalho nessa linha de pesquisa.

No município escolhido, Araruna¹¹, percebemos dois momentos de agenciamento de vontades: conflitos de terras e sindicalização. São duas grandes questões, com as quais as mulheres estavam envolvidas, que contribuíram para a construção das identidades de mulher e trabalhadora¹².

Os conflitos de terra são o resultado de uma fracassada tentativa de negociação entre moradores das fazendas e proprietários acerca da permanência daqueles na terra onde trabalhavam, após sua venda para terceiros. O antigo proprietário tinha vendido a terra para um grupo que desejava investir na pecuária e não tinha interesse na permanência das famílias no lugar, porque iria transformar todos os campos em pastos.

E pra onde é que a gente vai? Aqui a gente mora há trinta, quarenta, cinquenta anos e tinha morador até com oitenta anos, mas eles não viam isso e não respeitavam nossos direitos que a gente tinha de moradia naquele lugar e sempre investia dizendo que a gente tinha que sair dali, porque ele comprou pra criar e comprou a terra livre.

(L., trabalhadora)*

11 - Esse município foi escolhido por oferecer subsídios necessários ao desenvolvimento da análise pretendida. Naquela época trabalhadoras da região atuavam, junto aos homens, na luta pela posse da terra em que trabalhavam e reivindicavam no sindicato a sindicalização para a mulher.

12 - No decorrer da dissertação iremos tratar dessas questões, portanto não nos ateremos nelas agora.

*. As letras utilizadas durante todo o texto como indicação das trabalhadoras não correspondem às iniciais dos seus nomes verdadeiros. Essas letras são apenas códigos que nos possibilita identificar as pessoas entrevistadas.

As famílias resolvem lutar pela posse da terra que trabalhavam há décadas e procuram o apoio de órgãos ¹³ da região do Brejo. Os conflitos duraram entre um ano e meio e três anos. Após esse longo período de negociação e sobre pressão da comunidade e dos órgãos envolvidos nas lutas, as terras são desapropriadas e entregues às famílias.

Caracterizamos os conflitos de terra como uma luta ampla em que participam os membros da unidade doméstica. A mulher aparece como personagem de um grupo que procura defender a posse da terra em que trabalha com a família, e não por perceber a sua condição de mulher trabalhadora, ou seja, as mulheres não lutaram por se sentirem discriminadas enquanto trabalhadoras, mas porque sua família foi expulsa da terra. A identidade trabalhadora encontra-se oculta, nesse momento.

Na mesma época dos conflitos ocorria, a nível nacional, uma discussão acerca da sindicalização da mulher trabalhadora rural, que trouxe como resultado positivo a "moção de apoio à sindicalização das mulheres" (Cappellin, 1989) no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em ¹⁴ 1985. Tal decisão incidiu rapidamente em Araruna, que apresentava-se favorável a essa questão - as mulheres em

13 - O apoio é buscado nos seguintes órgãos: Pastoral da Terra (PT), Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Serviço de Educação Popular (SEDUP), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e alguns sindicatos da região.

14 - A respeito dessa questão cf. Cappellin, 1992.

Araruna entram na luta pela sindicalização.

Quando terminou a luta pela terra eu me senti que eu era gente também e que eu era trabalhadora e foi aí que eu senti necessidade também de ser sócia do sindicato, e fui lá.

(L., trabalhadora)

A luta pela sindicalização é simultânea ao último conflito de terras ocorrido na área. As mulheres que reivindicam sua sindicalização são as mesmas que atuaram nos conflitos e que se inseriram no MMT.

Esses dois fatos, que envolvem as mulheres daquele município, levou-nos a concluir que é uma necessidade imediata que faz as mulheres entrarem na luta, no primeiro momento, quando lhes são negados os meios que possibilitem sua sobrevivência. O segundo caso, a sindicalização, representa, por sua vez, um momento de amadurecimento - elas identificam-se entre si e passam a lutar por uma questão que lhes interessa enquanto trabalhadora, o que as faz querer representar-se e procurar seu representante, enquanto categoria, para por em prática um direito conquistado.

É a identidade de membro da família, na luta pela terra, que as põe em contato com o MMT, e as leva a recuperar a identidade de trabalhadora. É, finalmente, no interior do MMT, como militantes, que a percepção da vontade de ampliação do direito dá-se no momento em que as mulheres inserem-se no MMT, levam sua questão básica - terra - e

incorporam a plataforma de luta daquele. É o início do percurso.

1.2. Recursos metodológicos

Este texto é produto de uma análise do material coletado em arquivos e em campo. Como material de arquivos, recorreremos a documentos produzidos pelo MMT, SEDUP e CUT. Os dados obtidos em campo são produtos de entrevistas feitas com trabalhadoras que coordenam o MMT. A nossa intenção, nessa perspectiva de análise, é tomar como referencial o seu estilo de vida anterior à entrada no grupo, e o atual.

Uma das inquietações da pesquisa é entender o processo que faz aparecer sujeitos ativos, plenos de direitos, que se movimentam de uma forma nova nos espaços privado e público, a partir de uma transformação do modo de vida anterior.

O interesse em estudar esse grupo surge como proposta de continuação de um projeto de trabalho anterior, iniciado em meados dos anos 80. A escolha se dá pelo fato de, a partir de um conhecimento adquirido na pesquisa anterior, podermos afirmar ser o MMT um espaço onde as trabalhadoras rurais sentem-se motivadas para debater sobre relações de gênero¹⁵, além de possibilitar uma militância cuja dinâmica

15 - O debate entre as trabalhadoras gira em torno de sua posição nos diferentes lugares que atuam no espaço social. Os temas recuperados nessas discussões são: a

partir de um conhecimento adquirido na pesquisa anterior, poderemos afirmar ser o MMT um espaço onde as trabalhadoras rurais sentem-se motivadas para debater sobre relações de género ¹⁵, além de possibilitar uma militância cuja dinâmica as transforma em sujeitos políticos ao favorecer uma reelaboração de valores, uma reflexão acerca dos direitos e luta por sua construção.

A idéia inicial era fazer um estudo com trabalhadoras que fossem militantes do MMT, ou estivessem em sua coordenação, e atuassem efetivamente em outros órgãos como sindicatos, partidos, entre outros. A escolha de um grupo restrito apareceu no processo de discussão sobre o objeto, no decorrer da pesquisa, em que a preocupação estava em torno da seleção de militantes a serem entrevistadas. A opção pela coordenação deveu-se a alguns fatores, como: a) são porta-vozes do grupo; b) estão numa etapa do percurso em que podemos detectar o seu amadurecimento com relação a questões que outras trabalhadoras ainda não romperam; c) ocupam outros espaços além da coordenação; d) são selecionadas pelo próprio grupo para a coordenação por mostrarem interesse em atividades criadas e desenvolvidas no próprio grupo, além de contribuírem com novas idéias; e)

15 - O debate entre as trabalhadoras gira em torno de sua posição nos diferentes lugares que atuam no espaço social. Os temas recuperados nessas discussões são: a dupla jornada de trabalho, a diferenciação salarial, as condições de trabalho, atuação nas entidades, entre outros.

advêm de várias regiões do Brejo e pertencem a diversas categorias de trabalho ; f) estão no grupo há mais tempo;g) explicitam uma ruptura com o estilo de vida anterior e h) KYrepresentam o dinamismo do grupo.

A pesquisa de campo foi feita em duas fases.

A primeira etapa, considerada exploratória, foi realizada entre os meses de fevereiro e abril de 1992, em que a pesquisa voltou-se para o contato inicial com o grupo a ser investigado e busca dos primeiros dados referentes ao objeto. Nesse momento, ocorreram idas à sede do Movimento, bem como à casa de suas militantes, objetivando um contato em que se pudesse estabelecer um diálogo inicial na perspectiva de apresentar o novo projeto a ser desenvolvido e recolher informações sobre questões referentes à pesquisa.

O contato com as militantes não foi difícil na medida em que já conheciam o trabalho feito anteriormente (a monografia foi entregue ao grupo). Todas as informações foram recolhidas com facilidade através de conversas informais e entrevistas gravadas.

Houve ainda, nesse período, acesso a reuniões do grupo, participação em eventos promovidos pelo grupo e acesso a documentos.

Nessa época, entramos em contato com todas as

militantes que estão na coordenação do MMT.

O segundo período caracterizou-se por um aprofundamento dos primeiros dados recolhidos no contato inicial e redefinição do objeto e objetivos da pesquisa surgidos a partir das primeiras impressões.

A pesquisa de campo foi realizada entre junho e agosto do mesmo ano e o método utilizado foi o mesmo da estada anterior.

Nesse instante, já existiam elementos que serviam como subsídios para uma verificação de fatos indicados nos primeiros dados obtidos. Assim, foi elaborado um roteiro com questões que surgiram após análise dos dados iniciais, em que se buscavam acontecimentos da vida do entrevistado referentes ao estudo. Trabalhamos com entrevistas gravadas, por essa técnica possibilitar a construção de um panorama referente à vida do indivíduo, quando o toma como narrador, possibilitando perceber suas relações com o grupo ao qual está inserido.

Em campo, trabalhamos ainda com análise de documentos, como acessório que possibilita estudar o que se tem registrado sob o objeto, dando assim oportunidade de comparação com os dados obtidos através do registro vivo.

As entrevistas, juntamente com os documentos recolhidos, além da observação direta, foram de grande contribuição para que se pudesse juntar informações

recortadas, elaborar dados e, finalmente, escrever o relatório final da pesquisa. A redação foi dividida em quatro capítulos, articulados entre si a partir de um fio condutor que induz a uma análise sequenciada.

O primeiro capítulo (A FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE MULHERES NO BREJO PARAIBANO) versa sobre a conjuntura regional, no instante em que algumas trabalhadoras se reúnem para dar origem ao grupo de mulheres. Aqui teremos um debate em torno da situação da Região, no intuito de deixar transparecer as condições de vida dos trabalhadores rurais e o seu processo de organização para mudar essas condições. Nessa perspectiva, resgataremos, em alguns autores que analisaram a situação da Região naquele período, as reflexões da época, a formação de órgãos e as demandas dos trabalhadores.

Em seguida, localizamos a formação do grupo de mulheres, dando ênfase aos principais questionamentos, demandas, conflitos e rupturas, tendo como subsídio os depoimentos de três mulheres que participaram da formação do grupo.

O segundo capítulo (A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLITICO) objetiva pensar a forma de construção de um novo estilo de vida para as coordenadoras a partir do processo de mudança das condições de vida anterior. A idéia é fazer uma ponte entre o estilo de vida anterior à entrada no grupo e o atual, tomando como pano de fundo as rupturas no privado e

no público, acentuando as tensões de cada momento do processo.

Esse debate inicia com a apresentação do perfil das coordenadoras do MMT e continua com uma abordagem sobre a necessidade de participação delas, seu amadurecimento e desejos no grupo. Enfim, construímos o processo de ruptura nos âmbitos privado e público, por elas considerando o percurso peculiar a cada uma no intento de entender o que as leva ao rompimento, e enunciamos ainda a metodologia e a pedagogia aplicada pelo grupo.

O terceiro capítulo (O PERCURSO DAS COORDENADORAS DO MMT) objetiva discorrer sobre as propostas de mudanças pelas coordenadoras nos âmbitos privado e público. Aqui expomos as idéias dessas mulheres sobre a perspectiva de mudança de suas relações nos espaços que atuam. Transportamos para o debate parte das demandas, considerando cada momento em que elas foram construídas, bem como seu processo de construção. Finalizamos o capítulo com uma discussão em torno da trajetória das coordenadoras e da relação do MMT com outros órgãos.

O quarto capítulo será a conclusão do estudo. Nele, faremos uma discussão em torno do processo de construção dos direitos das coordenadoras a partir do que já foi enunciado nos capítulos anteriores.

2 - A FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE MULHERES NO BREJO PARAIBANO

O entendimento da ação de um grupo de mulheres trabalhadoras, na região do Brejo paraibano, a fim de implantar mudanças no estilo de vida vigente, deve vir associado à percepção das condições estruturais e conjunturais, divisando a correlação de forças existentes, que dá forma ao grupo.

A história do MMT se inscreve num quadro de lutas a serem compreendidas no interior de uma conjuntura nacional, em que o processo de articulação entre sociedade civil e política toma novo corpo. A sua formação na década de 80 insere-se no quadro de mudanças que ocorrem no plano nacional¹, por sua vez combinadas aos elementos estruturais da Região. Nesse sentido, é necessário situar sua origem em um processo de abertura em que as forças políticas estão se reestruturando, para, então, delinear em face articulada a grupos locais e de fora². Trata-se, assim, de perceber sua postura diante do jogo político que aparece em um novo cenário, sob a mesma ordem econômica.

Com o processo de expansão do capitalismo ao campo,

1 - Consideramos aqui as transformações de ordem econômica, política e social por que passa a sociedade no processo de abertura política.

2 - Reconhecemos como locais, os grupos da região em estudo e como grupos de fora, aqueles que se

assistimos, na Paraíba, ao fortalecimento de uma situação de expropriação do trabalhador rural, calcada na concentração da terra, com vistas à exploração da monocultura da cana-de-açúcar.

O crescimento da utilização de terras para a plantação da cana-de-açúcar por parte de grupos econômicos produz uma camada de trabalhadores sem-terra para trabalhar e faz surgir uma camada de trabalhadores que, para sobreviver, precisa ingressar nas fileiras da venda da força de trabalho ao empregador.

A expropriação provoca a inserção em diversas categorias de trabalho: trabalhadores sem-terra, assalariados e pequenos proprietários, alterando a relação dos

cont.

estruturam fora desse mesmo espaço.

- 3 - Trabalhadores sem terra - nessa categoria encontram-se desde aqueles trabalhadores que vivem a margem da sociedade, não tendo uma situação de trabalho definida e estável, até aqueles tidos como pequenos produtores não proprietários, que mantêm uma relação, ainda que precária, com a terra (arrendatários, meeiros e parceiros). Cf. Tosi, 1988. Assalariados - são aqueles que vendem a força de trabalho para sobreviver. Temos aqui dois segmentos: os moradores - que permanecem nas propriedades e plantam em pequeno pedaço de terra produtos de subsistência que complementam a renda salarial com o salário advindo do trabalho na cana- e os assalariados das "pontas de rua" que exercem uma atividade temporária ou permanente na cana-de-açúcar. Pequenos proprietários - são os trabalhadores que ainda detêm um pequeno pedaço de terra. Segundo Tosi, existem dois segmentos de trabalhadores nessa categoria: aqueles que não tendo condições de sobreviver do que retiram da terra e recorrem, por vezes, ao assalariamento como fundamento de sua reprodução e os que recorrem ao assalariamento temporário como mão-de-obra. (Tosi, mimeo, 1988, p.37-41).

trabalhadores com a terra e os agrupando em torno de necessidades diferenciadas. São essas necessidades específicas que vão dar o contorno das principais questões a serem debatidas e vão delinear as formas de confronto no campo, designadas como conflitos de terra, luta dos assalariados rurais e luta dos pequenos proprietários⁴.

O conflito entre trabalhadores e latifundiários denota a insatisfação, pelos primeiros, da forma de apropriação e exploração da terra, bem como a expropriação e exploração do trabalhador. Sua intensidade deve-se ao modelo vigente de dominação do espaço que, caracterizado pela expansão do sistema do latifúndio pecuário e, sobretudo, da "plantation" canavieira (intensificada após a implantação do PRO-ALCOOL na região) provoca uma ampliação das áreas de plantio, trazendo como resultado a expulsão dos pequenos produtores de suas terras e sua inclusão nas frentes de trabalho⁵.

4 - Para uma melhor compreensão dessa questão cf. Tosi 1988.

5 - Segundo Tosi "se assiste, nos primeiros anos, após a implantação do PRO-ALCOOL, a um aumento quantitativo da produção, através da criação de novas unidades produtivas e da produção da cana, mais pela expansão da área plantada do que mesmo pelo aumento da produtividade. O "negócio" é plantar cana, para chegar primeiro na corrida aos incentivos públicos, nem sempre utilizando critérios de racionalização econômica. Esta corrida provoca um aumento rápido do valor da terra e uma forte pressão tanto sobre os roçados de subsistência dos moradores, como sobre as áreas dos pequenos produtores de alimentos que vivem à margem da <plantation canavieira>."p.33.

Não cabe aqui analisar os conflitos que surgiram dessa situação, mas trazer para o nosso debate subsídios para um melhor entendimento das questões por nós levantadas.

O que deve ser evidenciado é como a situação conjuntural dos trabalhadores rurais traz à tona a problemática da mulher rural.

Desejamos demonstrar os aspectos de um embate introduzido num quadro de lutas que surgem, a nível nacional, no campo e na cidade.

No caso específico do Brejo paraibano, a luta se concentra em dois âmbitos: a luta pela terra e a luta pelo salário. A primeira é caracterizada como luta de resistência, por parte dos produtores, significando a negação ao assalariamento e a segunda, como uma luta em proveito dos assalariados enquanto categoria emergente.

A luta no Brejo caracteriza-se pela interdependência entre as duas grandes questões apontadas, expropriação e exploração e é subsidiada pelas discussões que ocorrem a nível nacional entre os trabalhadores rurais, cujos contornos aparecem nos congressos da época. No III Congresso, por exemplo, organizado pela CONTAG em 1979⁶, uma das questões em evidência é, justamente, a problemática

6 - E nesse Congresso que "o movimento sindical levanta a preocupação de trabalhar melhor a questão dos assalariados rurais e são lançadas algumas diretrizes de ação". Tosi, p.74.

dos assalariados em que a preocupação é dirigida para a forma de trabalho de base a ser desenvolvida com essa categoria.

No Brejo temos o reflexo da discussão na forma de organização implementada pelos trabalhadores junto às assessorias e à ala do movimento sindical que os apóia. O resultado do trabalho desse conjunto de forças é o I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba em 1982 e, na mesma época, a campanha trabalhista, que se estende até a deflagração da primeira greve da categoria, em 84. Essa ação inicial faz efervescer as questões trabalhistas e estimula discussões em torno dos direitos da categoria. Vemos surgir o encaminhamento de ações trabalhistas na justiça e o acentuado engajamento na luta, que culmina com as grandes "campanhas salariais" na Região ⁷.

Essas lutas associam-se a uma proposta de renovação sindical, que tem sua origem num debate que se dá fora dessa instituição, gerando um grupo de oposição que busca a instauração de uma nova política voltada para os interesses daqueles a quem o sindicato representa de fato. A prerrogativa é a substituição dos dirigentes que não têm compromisso com os interesses dos trabalhadores rurais por legítimos representantes destes, retirados do seu seio a partir de eleições.

7 - Cf. Tosi, 1988.

O grupo de trabalhadores encontra na Igreja o apoio necessário ao desenvolvimento de suas atividades, em cujo âmago estrutura-se o debate em torno da problemática da classe trabalhadora. Isso pode ser compreendido através de duas vias: de um lado, o imobilismo do órgão de representação de classe - o sindicato - que tornava impossível a constituição de um espaço de debate e luta; por outro lado, a própria história da Igreja na Região que tem se destacado pelo trabalho exercido ao lado dos trabalhadores desde a época das ligas camponesas até os dias atuais, em que fundou sindicatos, criou órgãos de assessoria (ACR : Ação Católica Rural - ; MER: Movimento de Evangelização Rural; CPT: Comissão Pastoral da Terra; CDDH: Centro de Defesa dos Direitos Humanos; SEDUP: serviço de Educação Popular) e reciclou pessoas para exercer atividades junto aos trabalhadores.

E na CPT que os trabalhadores conseguem se reunir, exteriorizar suas questões, debater e se organizar para o confronto. São os trabalhadores recrutados pela CPT que contribuem para a transformação do sindicalismo na Região. Estes trabalhadores chegam, inclusive, a direção de sindicatos em alguns municípios.

8 - Sobre as atividades da Igreja católica na região ver Tosi (1988) e Bertolazzi (1989).

9 - idem..

Podemos compreender o período em que se desenvolvem as lutas no campo, observando a relação entre o movimento dos trabalhadores e os grupos de assessoria, considerando aqui todo o processo que os faz surgir.

Assim, faz-se necessário divisar no período a formação de quadros dos mediadores ligados à Igreja - sem deixar de entrever a forte influência dos mediadores externos ao campo como o Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU) e o grupo de assessores da universidade¹⁰ - as lutas dos trabalhadores que foram se desenvolvendo ao longo desse período.

Nesse processo de organização dos trabalhadores no Brejo, podemos verificar os indícios do embrião de um debate que, posteriormente, constituirá matéria de reflexão e bandeiras de luta para algumas trabalhadoras.

Num momento de mudanças, em que a luta dos trabalhadores se exterioriza, o feminismo está em processo de expansão a nível nacional, os grupos de discussão estão surgindo no campo e na cidade e as questões referentes às mulheres estão sendo reconhecidas pela sociedade, surge um grupo de mulheres, no interior da

10 - Estamos falando de um grupo de assessoria e pesquisa existente na UFPB/Campus II -C.Grande "que desde 1978 assessorava vários STRs na formação dos dirigentes e dos jovens bolsistas do sindicato, e elaborava pesquisas para o incipiente trabalho de organização dos assalariados da cana-de-açúcar". Tosi, p.149.

CPT, que deseja ter acesso ao ambiente de discussões que aí se instaura. São trabalhadoras que estão sempre nas reuniões e se inquietam com o tipo de participação que lhes é permitido - o de ouvinte. O primeiro embate dessas mulheres é a reivindicação de uma participação nas discussões sobre o acesso à terra e culmina na criação de um setor de mulheres no interior da pastoral da terra, em 1980.

2.1. O percurso das trabalhadoras até a CPT

A atuação das mulheres na CPT está relacionada ao projeto de organização dos trabalhadores, pelo órgão, para discutir a problemática da terra.

Como essas mulheres aparecem nesse cenário? Como elas chegam até a CPT? Qual o seu processo interno e seu percurso?

O percurso que elas fazem até a CPT é singular, só compreensível quando relacionado à sua história de vida.

Elas chegam aos poucos. Inicialmente temos a chegada de três mulheres com história bem peculiar: Encontramos uma que participou das articulações para a implantação de um espaço de debate para os trabalhadores no interior da Igreja, a CPT; uma que chega posteriormente, através de

contatos em reuniões na base, e uma que chega através de um convite, feito ao esposo por um padre, para uma das reuniões da CPT.

O trajeto da primeira tem início na adolescência, com atividades relacionadas à Igreja. Sua primeira participação dá -se no grupo de jovens, onde estréia em discussões sobre questões gerais acerca da juventude. Aos poucos as questões referentes à terra e à sindicalização vão aparecendo, trazidas por agricultores que se aproximam do grupo.

Ele (o padre) começou a formar grupos de jovens, eu me integrei nesses grupos de jovens. Ele fazia essas reuniões para discutir os assuntos mais gerais possíveis, desde o problema do jovem, né...e eu comecei a participar daí. Sendo que esse grupo de jovem naturalmente ele foi se integrando, ele foi se ampliando, mas foi entrando outras pessoas que eram agricultores e nós...eu continuei participando desse grupo. E era com casais, com agricultores que moravam ali naquele sítio e depois de um pequeno período veio a discussão sobre sindicato, que naquela época a gente não sabia nem o que era sindicato, o que é que significava nem pra que tinha sindicato. Então, foi a partir dessa época que eu comecei a participar e daí por diante a gente / foi entendendo o que é que era sindicato e nós fomos se interessando a formar uma chapa no sindicato. Só que eu não era ainda sócia do sindicato, mas tudo bem, comecei a participar, era uma chapa de oposição.

(K., fundadora do grupo)

O grupo concorre às eleições do sindicato rural, no município, e é derrotado. Após as eleições, os trabalhadores continuam com as reuniões na paróquia, dando ênfase a

questões ligadas ao sindicalismo. Após três anos, o grupo concorre novamente às eleições e, desta vez, sai vitorioso. Tem início, a partir daí, um trabalho junto ao sindicato, assessorado pela Igreja.

No processo de militância, no interior da Igreja, surge o chamado Movimento de Evangelização Rural (MER) ao qual a agricultora se insere, ampliando seu leque de discussões.

A proporção que o tempo foi passando, surgiu também o MER, e como esse padre, que dava esse acompanhamento, a gente era...pertencia ao MER. Então, naturalmente ele foi introduzindo a gente a participar de encontros que eram produzidos pelo MER. Esses encontros aconteciam a nível do município, aconteciam a nível do Estado.

(K.)

A participação era temporária e não efetiva, morosa. Um dos fatores que contribuía para que isso ocorresse era a proibição dos pais.

Agora eu não posso dizer que nessa época eu tinha uma participação, podemos dizer assim efetiva, tinha uma participação mais reduzida, eu me interessava pelos assuntos, pelas questões, mas não era uma pessoa que tinha uma participação muito frequente, até porque eu tinha alguns problemas, principalmente quando eu era solteira - meus pais não não gostavam, de jeito nenhum, que eu participasse das reuniões, não gostavam e pediam muito, inclusive dava até algumas confusões, mas também por isso eu nunca desisti.

(K.)

Em 1980, a trabalhadora, casada com um companheiro de

trabalho, chega à região do Brejo. O casal é transferido pelo MER para desenvolver atividades, junto à Diocese de Guarabira, com trabalhadores rurais da região.

Então, foram feitas as propostas da gente se transferir, mas até esse ponto aí eu não posso nem dizer, nem afirmar que eu tive uma participação até de dizer que eu, foi uma coisa discutida comigo e tal, era mais uma coisa da pessoa do meu esposo, mas não deixando de levar em conta que eu também participava do MER.

(K.)

O desenvolvimento das atividades na Região, leva a fundação de um novo órgão ligado à Igreja - a CPT.

Estávamos nessa reunião. Meu esposo inclusive encabeçava essa comissão e eu ia junto, então, logo que eu cheguei e pus os pés no chão, então fui começando a ir também nas reuniões, de forma que eu também era um dos membros da comissão.

(K.)

A integração com o trabalho na região colide com a política do MER gerando conflitos e separação.

Não batia mais de jeito nenhum, tava dando muita confusão nessa história e que a gente não teve mais suporte e resolvemos afa...fa... nós estávamos conscientes do papel que a gente tava fazendo, que tava conseguindo avançar e criar um campo de trabalho muito interessante aqui mesmo ligado à Igreja, ligado ao sindicato e que achamos por bem deixar o MER. Ah! porque nós já estávamos discordando de uma série de questões que o MER rezava na sua cartilha, né, então com isso nós continuamos com nosso trabalho aqui.

(K)

O rompimento com o MER significa a negação de um estilo de atuação em prol da construção de um novo método de trabalho a ser desenvolvido na região. A trabalhadora inicia, então, um outro processo, que será objeto de nosso interesse nos capítulos seguintes.

A segunda agricultora inicia seu percurso desenvolvendo atividades como catequista, na comunidade onde mora. Em seguida, passa a se envolver no sindicato de seu município, primeiro como sócia e depois como suplente de diretoria.

Eu comecei assim, participando na comunidade, teve algumas coisas que me levou a participar da comunidade assim...clareou para mim...através de convites...essas coisas...eu achei importante e comecei a participar sendo catequista. Depois que eu já tinha um certo tempo na catequese, eu achei que era muito limitado só aquilo pra mim, então, eu comecei a me entrosar no sindicato e aí eu aderi no sindicato mesmo, me associei, e então entrei na direção do sindicato, fui a primeira suplente quando veio a eleição.

(Z., peq.proprietária)

O contato com o sindicato dá-se através do esposo, na época presidente e com ligações com a Igreja. O sindicato a introduz em discussões sobre a problemática da terra e essas reuniões, por sua vez, colocam-na em contato com a CPT.

O sindicato, naquela época, apesar de que ele não era um sindicato combativo, mas eu cheguei lá como trabalhadora e me associei, porque o sindicato, o presidente era ligado a Igreja né, e eu

também era, então não teve como dizer que não. E a gente era conhecido, então eu cheguei lá e me associei, inclusive ele era o chefe da família, ele era o pai e eu a mãe dos meus filhos, não deu muito problema.

(Z.)

Essa trabalhadora entra em contato com a primeira através de uma reunião no sítio onde morava, para discutir questões referentes à terra. O primeiro contato dá margem ao início de um relacionamento de trabalho que culminará em um convite, pela primeira à segunda, para participar das reuniões da CPT.

A terceira agricultora inicia sua militância na CPT. O contato inicial dá-se através de um convite feito a seu esposo, por um padre da região, para que participasse de uma reunião com agricultores .

A gente veio a uma missa e o padre convidou ele pra participar de uma reunião de pastoral de trabalhador rural. Ai ele foi. Ele gostava muito de ir num lugar comigo, ele se sentia muito só lá, e perguntou ao pessoal, que dirigia lá o encontro se podia trazer a mulher, ai daí eu comecei a ir, disseram que sim e eu comecei a ir com ele, comecei a participar da reunião.

(J.,peq. prop.)

A agricultora passa a manter contato com as outras trabalhadoras no próprio grupo, onde então iniciam o processo de questionamento, queixa e reivindicação.

2.2 O surgimento do grupo de mulheres

A CPT promovia reuniões a cada dois meses, para discutir com os pequenos produtores os conflitos de terra que ocorriam na região. O debate girava em torno da expulsão das famílias da terra em que trabalhavam e a participação era predominantemente masculina¹¹.

Em um desses encontros, as três mulheres presentes indagam sobre a sua forma de participação e o número reduzido de trabalhadoras nessas reuniões, dando início a um debate acerca da necessidade da presença de mulheres no grupo, à medida em que estavam tão diretamente envolvidas, quanto os homens, na problemática da terra.

Existia a CPT, a Pastoral Rural, que era um movimento assim de trabalhadores rurais, onde tinha bastante participação dos homens, eu participava também dessas reuniões, que ela se dava geralmente de 2 em 2 meses, a partir de um certo dia lá, inclusive um dia em que tava acontecendo um encontro, houve, começou-se uma discussão, foi levantado um questionamento: por que era que todos aqueles homens que participavam ali, que naquele momento era 70, tinha 70 trabalhadores, quase todos era casado e as mulheres não participavam da luta? Naquele encontro com 70 homens tinha então, 4 mulheres presentes, então foi

11 - Lembremos que estamos na época da implantação do pró-álcool na região que traz como consequência a expulsão dos trabalhadores do campo e sua transformação em assalariados rurais. E um momento em

levantado esse questionamento, por que as mulheres não participavam nos encontros, na luta, enquanto que as mulheres enfrentam os problemas na vida, mas, enfrentam os problemas, mas não estavam de fato, concretamente enfrentando a luta.

(K., fundadora do grupo)

O tipo de participação reservado às mulheres não as estimulava a permanecer no grupo. Uma delas não vê sentido em sua presença nas reuniões e expressa o desejo de afastar-se.

Mas depois.... aí eu não sabia nada né, não entendia nada, ficava o tempo todo só calada, e lá só tinha K. e Z. participando também da reunião. Aí um dia eu disse: olhe, eu não vou mais não, eu disse a K. a gente foi dormir junta e eu disse: olhe eu não vou mais participar dessa reunião não. Ela disse: por quê? porque é muito chata. E, naquele tempo quando tinha um monte de homem assim conversando, as mulheres não iam nem perto né? Ficava com vergonha, não falava, aí eu disse: porque nós aqui nessa reunião, é melhor nós não irmos, só três mulheres no meio de 70 homens. E ainda nisso eu já tinha ido a uns três encontros e ainda a gente não falava, ficava o tempo todo calada, é. K. ainda falava alguma coisa, ainda tinha propostas, mas nós mesmas não tinha nada, nem coragem nós tinha também. Aí ela disse: isso me preocupa muito. Vocês não podem deixar de vir não.

(J., fundadora do grupo)

cont.

que essa categoria emergente começa a se organizar para lutar em defesa de seus interesses. As reuniões eram formadas por cerca de 74 pessoas, dentre elas 3 trabalhadoras rurais e uma assessora.

A trabalhadora sente que não consegue atuar como os homens atuavam, devido a fatores como : o lugar era de homens e o debate só podia ser exercido pelos homens porque detinham o conhecimento da questão; além disso, ela era analfabeta e inexperiente. Esses fatores fazem-na sentir-se tímida e com medo de participar, mas não elimina seu desejo de atuar. Para ela, não interessa estar presente, mas contribuir com o debate. Essa preocupação é relatada para as outras companheiras . Após uma discussão entre elas, resolvem expor o problema para o grupo.

Aí ela, como ela sabia ler, e os outros pessoal que estava na coordenação da pastoral, naquele tempo, não tinha muita leitura nem nada, aí ela colocou que as meninas estavam participando, as duas mulheres não iam mais participar. Aí o pessoal achou que que devia convidar a gente pra participar da reunião da coordenação sabe, da pastoral rural. Aí a gente foi.

(Idem)

As trabalhadoras, que até então participavam apenas das assembléias, são convidadas a integrar a coordenação do grupo e aceitam. E nesse instante que percebem o quanto é reduzido o número de esposas que iam às reuniões.

Ela (K.) me chamou uma primeira vez nessa reunião. Em uma reunião ela disse: J., eu queria que você esta semana fosse na minha casa pra gente conversar um pouco sobre o que você disse. Aí eu achei que era a coisa mais difícil do mundo, num sabe. Aí eu fui uma quarta - feira, assim de tarde. A. me trouxe e me deixou lá na casa dela e foi embora, depois veio me

pegar de novo. A gente sentou numa mesa e começamos a conversar, ela botou num papel algumas coisas, algumas palavras assim, aí disse: Vamos conversar alguma coisa, vamos tirar alguma proposta, porque eu acho que você tem toda razão quando você disse que não se sente bem numa reunião daquelas dos trabalhadores, quando só têm três mulheres. Mas que proposta nós tinha pra gente começar alguma coisa de novo ou levar na reunião deles? Na próxima semana, era reunião de coordenação deles pra eles planejar outro encontro. Aí, eu disse: olha, eu não sei, não. A gente pensou, pensou, eu fiquei o tempo todo calada né, na minha cabeça não saia nada. Aí ela disse: olhe, vamos fazer assim: nós vamos propor pra eles fazer um encontro. A nossa proposta é de fazer um encontro com as mulheres deles. Eu disse: é, tá certo. Aí foi assim que a gente propôs, a gente foi na reunião da coordenação deles com essa proposta de fazer um convite às mulheres deles de participar num primeiro encontro. E a gente conversou né? E qual a proposta de vocês? E levamos essa proposta pra o encontro grande, sabe, aí foi aprovada. Aí foi eleita ela, eu e J. para puxar o primeiro encontro, que era nós três que tava lá. Eles disseram: nada melhor do que elas três.

(Ibidem.)

Essa discussão levou a uma proposta de se fazer um trabalho de base, com o intuito de trazer as mulheres ausentes para o grupo. Assim, pensa-se na possibilidade de promover uma reunião com as esposas dos homens que compareciam às reuniões, objetivando despertar nelas o interesse pela questão. A reunião é marcada e os contatos têm início logo a seguir. Os convites são feitos às

12 - A reunião é marcada pelas quatro mulheres que já participam das discussões junto aos homens no interior da PT sobre questões referente à problemática da terra.

trabalhadoras, tanto pelo contato direto com elas, através de visitas em suas casas, como por recados enviados através dos parentes que participavam das reuniões.

Nós articulamos, andamos em vários sítios, principalmente na casa daqueles trabalhadores que estavam naquela reunião e nós visitamos as companheiras, quer dizer, era estranho, era novo para elas, muito novo elas receberem um convite para participarem de uma reunião, quer dizer, não tinha esse hábito, não tinha esse costume e a gente ia mais a termo de visita mesmo, conversar e fazer um convite pra participar de uma reunião.

(K., fundadora do grupo)*

Esse primeiro encontro objetivava descobrir as principais necessidades das mulheres trabalhadoras para, em seguida, dar início a um trabalho de formação ¹³. Nele, porém, comparecem apenas 7 mulheres ¹⁴. O encontro é realizado, mas, devido ao número reduzido de pessoas, a discussão gira em torno de uma reflexão sobre a ausência das trabalhadoras à reunião e para o estudo de uma forma de fazé-las sentir interesse pelo grupo. Marca - se uma nova reunião e as participantes do grupo optam por fazer um trabalho mais minucioso na base, a fim de despertar a

* Trecho de uma entrevista concedida, em 1988, para um trabalho de monografia, com vistas à obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, como citado alhures.

13 - O encontro é pensado na perspectiva de se fazer um contato com as trabalhadoras envolvidas nos conflitos de terra.

14 - Dentre as sete mulheres que comparecem ao encontro, estavam as quatro que o organizaram, ou seja, apenas três trabalhadoras mostram interesse pela reunião.

atenção das trabalhadoras e, só então, conduzi-las ao grupo. O trabalho é feito e a resposta imediata, na reunião seguinte comparecem cerca de 50 mulheres.

Eu lembro que a gente pegou principalmente duas perguntas: quais os problemas que nós mulheres trabalhadoras enfrentamos na nossa vida, e a partir dali nós conseguimos fazer um quadro, um quadro de problemas muito grave, sendo que no final a gente fez uma síntese onde nós concluimos que existia quatro problemas básicos, que gerava todos aqueles problemas, era a questão do trabalho dobrado da mulher, o outro problema era a questão do salário que a mulher ganha, que ainda hoje é inferior ao do homem, e o outro problema ainda foi o machismo que elas levantava que tinha muitos problemas pra sair de casa, porque não se sentia ajudada pelos próprios companheiros.

(K., 1988)

Nessa reunião são apontados três grandes problemas que atingem as trabalhadoras: a dupla jornada de trabalho, a remuneração inferior à do homem no ato produtivo e o machismo. Esses são os principais elementos que vão nortear a discussão referente à discriminação sofrida pelas trabalhadoras.

E nesse encontro - em que se discute o **SER MULHER** a partir das necessidades específicas das trabalhadoras rurais - que as mulheres percebem a importância de se

15 - O processo inaugurado aqui é o de exteriorização das questões a partir da vivência de cada uma. Elas começam a compartilhar os problemas do

criar um grupo de mulheres. A dificuldade na estruturação do grupo e a inexperiência por parte das mulheres envolvidas com o trabalho a ser desenvolvido leva a um acordo entre o grupo emergente e a pastoral da terra, segundo o qual esta assumiria a infra-estrutura daquele e a atividade a ser realizada passaria a ser mais uma de suas tarefas. As trabalhadoras passam, a partir daí, a reunir-se como um setor de mulheres da pastoral ¹⁶. Ao lado das reuniões da pastoral, elas executavam um trabalho de base, utilizando como recurso a especificidade do problema de cada trabalhadora com que se deparavam. O objetivo era fazê-las sentir, a partir de uma questão considerada como sendo sua, a discriminação sofrida pela mulher.

cont.

cotidiano à medida que vão expondo o seu estilo de vida. Nessa troca de experiências vão descortinando a condição da mulher e construindo uma identidade de gênero partindo de práticas, desejos e necessidades comuns. Lobo(1992), numa análise que faz sobre o tema "mulheres" nas Ciências Sociais, ao se referir ao "processo de formação do coletivo" cita como exemplo os "momentos de construção de identidade de um grupo" de mulheres reunidas em um clube de mães. A autora afirma que "na fala das mulheres dos clubes de mães, o cotidiano aparece como espaço de reconhecimento das experiências e é dessa matéria que se constrói o envolvimento das mulheres." E sob esse ângulo de análise que vislumbramos o agenciamento das vontades, por parte do grupo que se constitui no Brejo. As mulheres, ao falarem de suas vidas, suas trajetórias, vão - se "reconhecendo nas experiências", se (re) descobrindo, se identificando e, nesse processo, vão construindo suas demandas.

16 - A formação de um setor de mulheres no interior da PT não anula, na verdade, uma interferência direta daquela sobre o grupo. Mesmo sendo reconhecido enquanto setor de mulheres os temas para discussão continuam sendo gerais e indicados pela pastoral.

Nós chegávamos no sítio, numa ponta de rua e nós sempre começávamos a conversar com o problema que tivesse acontecendo no momento, se a criança estivesse doente, então nós começávamos a conversa por aquela situação.

(K.)

Em torno dessa questão particular, introduzia-se a sindicalização como forma de luta pela ampliação dos direitos trabalhistas, junto ao órgão que as representava enquanto trabalhadoras. Elas se inserem na luta pela mudança na estrutura sindical, juntando-se aos trabalhadores que desejavam transformar a visão e a prática dos sindicalistas naquele momento com relação aos seus anseios.

A primeira luta levada a cabo pelo grupo de mulheres da CPT é a campanha de associação ao sindicato. Lembremos que o debate sobre a sindicalização dos trabalhadores estava em efervescência, e a proposta do novo sindicalismo era o ponto chave, naquele momento. As mulheres tomam de empréstimo essa discussão, quando iniciam o seu processo de busca de identidade enquanto trabalhadoras. Esse momento contribui para a independência do grupo, em relação à CPT, e sua ampliação .

As tentativas iniciais de sindicalização geram muitos problemas para as trabalhadoras em alguns sindicatos da região que se negam a lhes dar informações e a querer sindicaliza-las, alegando que a mulher não é trabalhadora rural, e que, no sindicato, já é dependente do marido,

portanto não é necessário associar-se, pois já têm a assistência garantida .

Esses sindicalistas utilizavam uma política que visava a descaracterizar e desmobilizar o movimento pela sindicalização da mulher.

As trabalhadoras, por sua vez, não recuam na luta e buscam apoio nos mais diferentes canais - órgãos de assessoria, sindicatos , etc. - até conseguirem, finalmente, o direito à sindicalização.

A luta pela sindicalização contribui para o amadurecimento, crescimento e reconhecimento social do grupo .

Por outro lado, o ingresso das mulheres em alguns sindicatos e a discriminação sentida por elas, no seu interior, leva - as a perceber que não existe aí lugar que sirva como um espaço em que possam atuar livremente, fazendo surgir o desejo de debater suas questões em um espaço próprio. As trabalhadoras desejam ainda dar ênfase à sua problemática, ou seja, partir do particular para o geral em termos de priorização das questões, e esbarram em sérios

17 - Remetemos a Silva (1988) em que existe uma discussão sobre a sindicalização para as mulheres a partir de um estudo de caso em um município da região do Brejo. Nesse município, as trabalhadoras conseguem sindicalizar-se após uma grande luta travada junto ao sindicato onde o presidente se recusava a conceder a sindicalização às mulheres.

obstáculos. É um momento de grande tensão no grupo.

O grupo trabalhou mais de um ano ligado à pastoral e teve muitas dificuldades em debater questões específicas sobre o papel da mulher na sociedade, por receio dos maridos e integrantes da PT. Estes se negavam a assumir um debate no nível das relações de gênero, em que estava em pauta a questão da dupla jornada de trabalho, salário inferior ao do homem e machismo.

A proposição das trabalhadoras de rever a concepção tradicional, que torna invisível a contribuição da mulher e limita sua ação, punha em risco as relações sociais tradicionais. O grupo não se rende, e passa a insistir mais sobre a necessidade de discutir a condição das mulheres enquanto trabalhadoras, inquietando a própria pastoral.

Por sua vez, é uma ocasião em que aproxima-se do grupo outras trabalhadoras urbanas, como professoras e empregadas domésticas, com interesse de penetrar no seu interior. Os questionamentos ampliam-se. São trazidas questões que se somam e se colocam no campo da inquietação sobre o lugar da mulher na sociedade. O grupo não é mais um setor, como nos diz sua coordenação, mas um movimento, um Movimento de Mulheres Trabalhadoras. Esse processo se deflagra em 1981.

Aí se percebia que o movimento devia ser mais aberto, por isso que veio o nome

de Movimento, também porque as vezes aparecia um grupo, depois saía, ia embora, depois aparecia outro, Sabe? Então deveria ser uma coisa mais aberta para as categorias que quisessem vir, quando começou as mulheres a tratarem mais problemas específicos, mais das mulheres, aí começaram a aparecer outros grupos de mulheres.

(K.)

O pessoal fez uma discussão sobre esse problema, que o trabalho da mulher tava atingindo diversas categorias de mulheres e que isso já não era mais um setor de mulheres, deveria ser chamado de Movimento de Mulheres Trabalhadoras, quer dizer, o Movimento ganhou esse nome com o seu próprio avanço e foi numa assembléia que o pessoal viu que era o nome que de fato cobria esse trabalho que de fato nós estávamos fazendo, que não só era com a mulher que trabalha na roça, mas com a mulher que é professora, que é lavadeira, que é empregada doméstica, que é assalariada, quer dizer, o nome que de fato cobria o que estávamos fazendo era Movimento de Mulheres Trabalhadoras.

(idem.)

As mulheres, então, iniciam uma outra etapa, que podemos considerar como sendo uma segunda fase do grupo. O caminho é a troca de experiências em que a preocupação não é mais só a terra, mas **mulher e terra, mulher e trabalho**. O grupo, até então constituído de poucas mulheres e atingindo apenas as pequenas produtoras, começa a crescer, chegando a atingir outras categorias - lavadeiras, empregadas domésticas, professoras...- e sua preocupação não se restringe mais a conflitos de terra, mas a problemática do gênero.

A inserção de outras trabalhadoras no grupo faz surgir

um novo debate sobre emancipação do grupo e primazia das questões a serem discutidas. Este se encontrava completamente à mercê das decisões e determinações da CPT, que não abria espaço para argumentações que fugiam do centro de seu interesse: conflitos de terra. A dependência da CPT, no que se refere à priorização, decisões e encaminhamentos das questões, tolhia o grupo. As mulheres engajadas sentem necessidade de serem independentes, de tomar decisões, de discutir a problemática da trabalhadora rural, no intento de ampliar as bandeiras de luta e fazer valer seus interesses.

As dificuldades sentidas transformam-se em anseio por uma autonomia de trabalho e desejo de separação da CPT, bem como representam uma forma de poder finalmente incorporar as categorias que se aproximavam do grupo¹⁸. Um ponto a favor é o próprio crescimento do grupo, sua importância e reconhecimento social.

O grupo passa a ser uma ameaça para a CPT quando declara sua independência deixando, assim, de ser seu sustentáculo, para tornar-se um Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo - MMT. Estamos em 1982.

**Se separa. Que houve até uns comentários
nessa época, que a mulher tava
independente, que esse movimento de
mulher era uma coisa que tinha criado**

18 - Lembremos que a CPT fazia um trabalho apenas com os pequenos produtores.

assim..., que já queria ser e... como é que se diz... já tava passando a ser independente, não queria mais nada com a pastoral, viram por um outro lado né, enquanto o objetivo da gente era mudar o nome para acobertar essas categorias que estavam aí, mas a Pastoral nessa época viu de outra forma né? que a gente estava querendo se dividir, que a gente tava querendo ser, acho que até que ele é, um grupo de mulheres feministas que tá aí sem saber o que quer sabe, "não sei onde essas mulheres querem parar" e houve muito questionamento desse tipo assim.

(D., coordenação)

Por que vocês se separaram, então?

A gente viu que a necessidade da gente era que a gente tivesse mesmo um trabalho onde a gente pudesse mesmo andar com nossos próprios pés, então essa separação foi nesse objetivo, né, separar assim do... que a gente tivesse mais... fosse mais independente mesmo, né, porque a gente ficava como setor, então a gente... tinha coisa que a gente não podia decidir por nós né, tinha que consultar a Pastoral, e quando a gente se separou aí a gente ficou livre pra discussões, pra decidir as coisas, né e que a gente tinha um... também, um... começamos a elaborar projetinhos de finanças pra gente poder dar continuidade a esse trabalho, né e começar a andar com nossos próprios pés, porque a gente dependia tudo da pastoral, né?, e depois que a gente começou a enxergar essa realidade, aí que a gente precisava mudar o nome do movimento, porque também precisava acubertar essas companheiras que estavam aí precisando do nosso apoio né? enquanto a gente tava com a pastoral, não podia ampliar esse movimento né? ficaria só com a trabalhadora mesmo, né?, porque era da pastoral, já só trabalhava... que era da categoria, eu acho que a importância da separação foi isso, ampliar né, onde outras companheiras pudessem participar conosco, porque nós iam contribuir com elas e elas com a gente, porque ficava uma experiência, né?, que era realidade

diferente, mas que os problemas não eram tão diferentes dos da gente que tinha...era idênticos, né, só mudava, como eu já falei, a forma de...dos opressores né, que vivia lá em cada setor, diferente né, que um tinha forma de oprimir de um jeito, tinha a forma de oprimir de outro, né?, mas que os problemas eram idênticos, né?, e que a gente precisava muito contribuir com essas companheiras.

(id.)

Podemos considerar que a ruptura com a pastoral dá - se no campo simbólico, organizativo e temático. No campo simbólico, temos o início do processo de (re) elaboração da concepção de estilo de vida pelas mulheres, fornecida pela descoberta de sua condição de existência e de uma proposta de mudança dessas condições, somada à descoberta de direitos, na forma de ampliação da dimensão existente. A relação de poder entre homens e mulheres é repensada e seu lugar no espaço social é questionado. Ultrapassa-se a fronteira demarcada pela instituição religiosa. No campo

19 - Retomamos aqui a concepção de estilo de vida em Bourdieu (1983) que subsidia uma compreensão desse momento. Como já indicado alhures (remetemos à nota 9 da p.13, ao debate sobre estilo de vida), a noção de estilo de vida articula-se à condição de existência, em que entram em pauta práticas e valores sociais. A visão de mundo, as maneiras de agir, o tipo de comportamento estão presentes em uma prática cotidiana que expressa uma adesão a um conjunto de valores sociais. Nesse momento de ruptura com a PT, as trabalhadoras entram num processo de questionamentos sobre "seu lugar" e modo de vida no espaço social, dando início à construção de uma nova concepção de mundo e propondo mudanças em sua condição de existência. Cf. Bourdieu, 1983.

organizativo, temos uma (re)estruturação do grupo fundamentada num modelo de organização coletiva que toma como centro do debate a problemática da trabalhadora. Superasse a visão anterior. Finalmente, o campo temático em que a proposta de articulação entre os campos da produção e reprodução²⁰ passa a ser evidenciado.

O rompimento com a pastoral possibilita ao grupo desenvolver um trabalho voltado para os interesses das trabalhadoras. Devido à inexistência de condições materiais que sustentasse a continuidade das atividades, o grupo busca o apoio de outras entidades.

A primeira entidade a oferecer ajuda é o SEDUP (Serviço de Educação Popular) que, enquanto órgão de assessoria, passa a custear, durante algum tempo, os trabalhos do grupo. Posteriormente, vemos surgir uma nova forma de articulação que proporciona a continuidade das atividades. O grupo elabora projetos de ação e envia para entidades

20 - Essa temática é resultado do processo de descobertas, questionamentos e propostas de mudanças, por parte das trabalhadoras, no que se refere a sua condição e denota o amadurecimento do grupo. Ao lutarem pelo reconhecimento de si enquanto agente social, essas mulheres focalizam sua condição de trabalhadoras e negam a existência de um lugar que lhes foi legado, o espaço doméstico, ao mesmo tempo que apontam suas novas práticas nos diferentes lugares que ocupam (Lobo, 1992). Nesse sentido, atestam que "produção e reprodução são faces de um mesmo processo de produzir a vida" (Saffioti, 1992). Sobre essa questão, cf. Lobo (1992), Saffioti (1992), Kergoat (1987) e Talahite (1992).

financiadoras das ONG's . A proposta é aceita por uma entidade que financia os projetos até hoje.

O MMT é hoje formado por várias categorias e as mulheres que o procuram, individualmente ou enquanto grupo, têm interesse em discutir a problemática das relações de gênero nos espaços sociais.

Eu acho que é o único espaço, pode até ter outros, mas é um dos espaços que dá essa chance, dá essa oportunidade para as mulheres, delas se sentir, de ter um espaço delas, aonde elas discutem seus problemas, discute sua vida como mulher também, e também, inclusive já ouvi de algumas companheiras, que foi aí, também que elas conseguiram desenvolver a sua própria cabeça, a sua própria consciência, foi um espaço que permitiu isso, que ajuda elas a crescer politicamente.

(P., coordenação)

Mesmo as mulheres sócias do sindicato de seu município procuram o MMT para resolver questões trabalhistas ²¹ . O MMT tem ainda um trabalho de formação, contando com o apoio do Serviço de Educação Popular (SEDUP) ²² e da Secretaria da Mulher da CUT .O Movimento hoje tem um

21 - O MMT trabalha junto a alguns sindicatos da região em algumas questões que envolvem a mulher no que se refere ao âmbito do trabalho (vale lembrar que todas as militantes do Movimento são sindicalizadas e que existe uma articulação entre MMT e alguns sindicatos da região).

22 - Essa Secretaria é produto de discussões entre trabalhadoras urbanas e rurais. Nesse processo de discussão, como teremos oportunidade de perceber no decorrer do texto, o MMT aparece como grande articulador.

trabalho que incorpora 25 municípios e atinge 5
23 microrregiões do agreste paraibano: Brejo, Guarabira 24,
25 Sapé, Curimataú oriental e Litoral norte .

O processo de expansão do grupo é evidente e decorre da sua metodologia de trabalho e dinamismo na ação. Essa é uma questão de que iremos tratar no próximo capítulo.

-
- 23 - Nessa divisão territorial adotada tomamos por referência a fonte do IBGE, 1991.
- 24 - Conhecida como pertencendo a microrregião do Brejo, Guarabira é, na verdade, uma microrregião que contém 12 municípios.
- 25 - O grupo atinge os 12 municípios da microrregião de Guarabira; os 5 municípios do Curimataú oriental; 5 dos 7 municípios do Brejo; 2 municípios da microrregião de Sapé e 1 município do litoral norte. Ver anexo II.

3- A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLITICO

Este capítulo deter-se-á na análise do processo de amadurecimento de um grupo de trabalhadoras que repensou sua condição, deu início à constituição de um novo estilo de vida e tem desenvolvido um trabalho junto a outras trabalhadoras, na perspectiva de transformar um modo de viver e instaurar uma relação simétrica nos espaços sociais.¹ Estamos falando das trabalhadoras que hoje coordenam o MMT. O interesse em resgatar sua história, enquanto sujeito político, deve-se a fatores já enumerados: são porta-vozes do grupo; estão num processo de ruptura não atingido ainda por outras integrantes; atuam efetivamente em várias instâncias, entre outros.

Interessa - nos compreender o processo de mudanças na vida dessas coordenadoras, focalizando as influências exercidas, a formação dos contatos e as rupturas sofridas em

1 - A relação assimétrica entre os gêneros revela-se nas diferentes práticas exercidas no espaço social. A desigualdade existente expressa a lógica de um sistema que separa produção / reprodução, sexualiza o trabalho e instaura uma relação de poder construída sobre uma ordem material e simbólica. As imagens sobre o feminino e masculino são construídas socialmente e sedimentam uma relação hierárquica entre ambos que se manifesta nos vários âmbitos da vida cotidiana. Essa situação é percebida pelas trabalhadoras do Brejo paraibano no momento em que elas entram em contato com o MMT e passam a atuar junto a este. E no Movimento que a proposta de mudança da relação assimétrica aparece para essas trabalhadoras e elas se iniciam no processo de construção de um novo tipo de relação estruturada sobre a determinação da igualdade.

cada momento. Perguntamo-nos: como se dá a aproximação das trabalhadoras com o grupo e quais os mecanismos utilizados por este para despertar o interesse pela participação no seu interior? Como se dá a relação do grupo com a base? Quem são as coordenadoras do grupo e como foram selecionadas? Em que medida as coordenadoras abraçam as propostas do grupo e como este contribui no processo de reelaboração dos valores?

A resposta a essas indagações ajuda-nos a compreender como se dá o processo de amadurecimento das trabalhadoras, sua transformação em agentes políticos, e fornece elementos para finalmente entendermos a transformação de seu estilo de vida.

Iniciaremos a discussão delineando o perfil das integrantes do MMT como um todo e, em particular, de sua coordenação para que o leitor tenha possibilidade de construir uma imagem do grupo. Em seguida, analisaremos todo o percurso das coordenadoras a partir de seu contato com o grupo dando, enfim, instrumentos para que se possa compreender seu processo de integração/ atuação.

3.1. Perfil das trabalhadoras

As militantes do MMT, de modo geral, encontram-se numa faixa etária entre 20 e 60 anos - predominando a idade entre 40 e 60 - e são, em sua maioria, casadas. São mulheres que desenvolvem diferentes atividades de trabalho,

e mantém uma relação direta ou indireta com a terra.

Dentre as que mantêm um vínculo direto com a agricultura, temos as pequenas produtoras, pequenas proprietárias e as assalariadas. As pequenas produtoras não são proprietárias da terra, sua relação com esta se dá sob a forma de arrendamento, meia ou parceria²; as pequenas proprietárias detêm um pedaço de terra pequeno e produzem para sua subsistência, junto à unidade doméstica. As mulheres assalariadas, trabalham nas plantações de cana e abacaxi, exercendo seu trabalho com o auxílio da família, percebendo um salário com base no que produzem diariamente.

Encontramos ainda no grupo as assentadas, que são trabalhadoras as quais entraram em contato com este a partir de conflitos de terra, como já expusemos anteriormente e que hoje encontram-se numa situação em que detêm a posse da terra mas não detêm o título da terra.

Algumas dessas trabalhadoras (pequenas produtoras, pequenas proprietárias, assentadas e assalariadas) desenvolvem uma atividade extra, junto à unidade familiar,

2 - Segundo Tosi, "são estes trabalhadores que constituem a base social dos conflitos de terra" (p.39) devido ao tipo de relação que mantêm com a terra. Os pequenos produtores não proprietários trabalham a terra mas não têm nenhuma garantia ou segurança sobre ela e sobre o tipo de relação de trabalho que mantêm na medida em que estão sob o domínio do proprietário. Portanto, qualquer tentativa de regularizar sua situação culmina num "processo de expulsão por parte dos proprietários, e portanto, se transforma em luta pela terra". (Tosi, 1988).

como complementação do orçamento doméstico . Encontramos várias militantes com atividades ligadas ao comércio, como venda de roupas, artesanato, etc.

Outras trabalhadoras que participam efetivamente das atividades do grupo são as professoras e empregadas domésticas³ que, por sua vez, também detêm um vínculo com a terra - algumas possuem um pequeno pedaço de terra onde plantam para o próprio consumo da unidade familiar.

Denominamos essa relação com a terra de indireta, por não ser tomada, por essas mulheres, como atividade prioritária.

As professoras lecionam no campo ou na cidade e moram em sítios, em pequenos povoados ou nas cidades. As empregadas domésticas, por sua vez, desenvolvem sua atividade no lugar de moradia ou nas cidades circunvizinhas.

Em 1992 a coordenação do grupo era composta por 13 dessas mulheres, cuja faixa etária estava entre 30 e 50 anos. Dentre elas, 11 eram casadas e 2, solteiras.

No que se refere ao desenvolvimento de uma atividade,

3 - O aparecimento dessas trabalhadoras dá-se no momento tido como de ampliação do grupo, quando as mulheres ainda eram reconhecidas enquanto setor da Pastoral Rural. Vale ressaltar que é um momento em que as trabalhadoras estão colocando a público suas demandas, reivindicando sua visibilidade e lutando pela ocupação dos espaços negados. E ainda um momento de luta pela organização das categorias de trabalho nos espaços de representação.

ligada à produção de bens, encontramos 01 pequena produtora (arrendatária), 05 pequenas proprietárias, 01 pequena proprietária e professora, 01 professora, 01 dona-de-casa⁴, 3 assentadas e uma assentada e professora (veja anexo I).

Essas mulheres chegam à coordenação do grupo em momentos diferentes e por caminhos diversos, ultrapassando fronteiras e conquistando espaços a partir de questionamentos sobre suas relações cotidianas. O percurso de cada coordenadora está relacionado à forma de ruptura provocada no processo de questionamentos que se instaura em suas vidas.

O pontapé inicial desse processo dá-se no interior da CPT, quando as três primeiras integrantes provocam polêmica em torno do tipo de participação que têm nas reuniões. A partir desse momento, elas dão início à organização de um espaço que estimula a presença e a participação efetiva das trabalhadoras. Temos aqui o germe que produzirá o trajeto de um grupo de mulheres e transformará suas vidas.

4 - Ao nos referirmos ao trabalho da dona-de-casa, estamos sendo guiadas pelas respostas dadas pelas trabalhadoras. A única coordenadora que afirma ser dona de casa mora em um município situado em área de cana-de-açúcar e abacaxi onde a principal atividade exercida sobre o cultivo dessas culturas. A trabalhadora exerce atividades em casa e deixa a atividade fora de casa para seu esposo, que trabalha no cultivo da cana.

3.2. Condições de vida e práticas políticas

A participação das trabalhadoras no grupo de agricultores da PT leva ao seu reconhecimento enquanto agentes, cuja contribuição é importante para o grupo em dois sentidos: aumenta o número de pessoas integradas na luta pela terra e legitima a própria participação dos homens na reunião (na medida em que tratava-se de suas esposas) até então questionada pela família, devido à ausência de suas casas por longo período.

Por outro lado, a presença dessas mulheres traz uma série de inquietações e questionamentos sobre as diferentes formas de participação entre homens e mulheres e a primazia das discussões. As trabalhadoras denunciam a existência de uma participação desigual, em que não têm direito à voz e a voto, e da temática das reuniões se restringir à problemática da terra, sob o viés das relações de trabalho, a partir de uma ótica em que se visualiza apenas a mão-de-obra masculina. Nesse momento, elas reclamam uma atuação igual à dos homens no interior da pastoral. Eis o primeiro momento de reivindicação.

O passo seguinte está no campo da ampliação da discussão, cuja temática atinge a dimensão das relações sociais de gênero nas práticas produtivas e reprodutivas⁵.

5 - Sobre essa questão retomamos um artigo produzido recentemente por Lavinias e Castro em que as autoras

O grupo vai construindo o seu perfil a partir de descobertas e interesses das trabalhadoras em cada momento do seu percurso. Vemos aparecer, aos poucos, a problemática da trabalhadora rural numa relação com o processo produtivo, bem como a incorporação da problemática das relações de gênero no quadro de referências. Nesse processo, essas mulheres vão desvendando sua situação, provocando rupturas e elegendo mecanismos de atuação que possibilitem transformar sua condição.

Nesse contexto, outras trabalhadoras aproximam-se do grupo iniciando-se nos debates acerca de sua condição. Como isso ocorre? Como elas fazem o contato inicial? Em que momento passam de militantes a coordenadoras?

A chegada ao grupo é resultado de uma rede de relações que provoca uma socialização política e desperta o interesse em atuar permanentemente no espaço social. Trata-se, de um conjunto de influências que apresenta-se sob

cont.

focalizam uma proposta de estudo desses conceitos a partir de um novo paradigma, o das relações sociais de gênero, que consegue romper com o "jogo das dualidades" e exprimir a totalidade das relações sociais. As autoras afirmam que "o enfoque em termos de relações sociais de gênero - em sociedades do tipo da brasileira, em que as relações de classe se realizam por violências à cidadania em todas as esferas da cotidianeidade - permite ultrapassar a dicotomia entre classe e sexo. As relações entre os sexos se dão em uma sociedade de classe por práticas variadas sim, mas valoradas pelo espaço/tempo da produção dos sujeitos sociais." (1992;p.242).

diferentes condições. Os elementos de referência que interferem nesse processo de socialização das coordenadoras são a Igreja, as associações, o trabalho e a família (veja anexo II). Essas influências são de grande relevância enquanto primeiro momento no processo de transformação de práticas sociais , por ser nesses elementos de referência que as mulheres se iniciam no processo de revisão de valores⁶.

As coordenadoras advêm de vários municípios e estão ligadas a várias atividades no âmbito do trabalho (veja anexo III). Elas vão chegando aos poucos no grupo, a partir de 1983 .

Em 83, chega ao grupo duas das atuais coordenadoras, provenientes de uma área de conflitos onde as famílias lutam pela posse e título da terra, numa região predominantemente de latifúndio pecuário .

O seu contato com o grupo acontece na área do conflito

6 - Cappellin, na análise que faz sobre a trajetória de sindicalistas na Pb,Pe e RJ constrói um quadro de referências que dá margem à compreensão da rede de relações presente no processo de socialização dessas trabalhadoras. As referências são o "núcleo familiar, o ambiente de trabalho e os grupos associativos e de militância". Nesses espaços, segundo a autora, as sindicalistas encontram "uma fonte de aprendizagem de valores e projetos voltados para uma orientação sindical". (Cappellin,1994). A análise do percurso das coordenadoras demonstra que seu processo de socialização passa pelos mesmos canais apontados por Cappellin e que aqui tomamos de empréstimo.

por intermédio da Igreja. São trabalhadoras que participavam de um grupo de discussão sobre a problemática da terra. Esse grupo procurava organizar os trabalhadores para a defesa da terra em que trabalhavam sob a orientação da Igreja. Nesse contexto, entram em contato com entidades que atuam em favor dos trabalhadores na região. Um desses órgãos é a CPT. Ao lado da pastoral aproxima-se o setor de mulheres.

Existia algumas mulheres também que era ligada à pastoral, mas isso era um grupinho bem pequenininho, mas mesmo assim elas também vieram...então foi por essas que eu fui convidada também pra participar das reuniões do grupo de mulher.

(T., assentada)

Foi através das meninas que já participava dessa organização de mulheres, o convite chegou através delas pra eu vir participar, porque eu já participava na comunidade.

(D., assentada)

Até o momento do conflito essas mulheres estavam voltadas para os afazeres domésticos e o cuidado com a roça, junto à família. Quando emerge o conflito nas terras onde trabalhavam, elas sentem necessidade de participar, junto à comunidade, da luta pela terra.

Eu quis mesmo, ninguém me mandou, eu quis mesmo entrar, eu ficava com raiva quando eu via o proprietário chegar na minha porta e dizer pro meu marido que a gente tinha que vender o boi..., que a gente tinha que sair dali, que tinha que vender as cabras. E muitas vezes eu achava que meu marido ficava assim, sem saída, sem

ter uma resposta pra dar pra'quele cara, então eu tomava logo a frente e dizia que dali a gente não saía, e que não vendia cabra, e que não vendia boi e que quando ele chegou já tinha - nos encontrado naquele lugar. Então, foi isso que fez eu ter essa saída.

(T.)

Esse é um momento de luta conjunta em que homens e mulheres preocupam-se com a posse da terra e a permanência da unidade familiar nela. Após essa primeira ação, as mulheres entram em contato com o setor de mulheres da PT que contribuirá para fazê-las repensar sobre a estrutura dessa mesma unidade familiar. Aqui começa o debate interno.

Foi que a gente começou a perceber como a gente era reprimida mesmo dentro do lar, que a gente não passava de um objeto de cama e mesa, como diz a história...o problema que a gente teria que enfrentar era nas próprias casa da gente, porque já era um sacrificio ter se deslocado pra aquela reunião, imagina a gente ter que fazer mesmo a cabeça dos próprios maridos, dos filhos e muitos outros problemas que a gente teria que enfrentar após aquela descoberta dos direitos.
(D., peq.prop.)

Em 85, numa primeira assembléia geral criada para ampliar a coordenação, o nome dessas duas trabalhadoras (T. e D.) é indicado. A partir desse período elas passam a fazer parte da coordenação do grupo, então Movimento de

7 - Nesse período, são indicadas mais seis trabalhadoras que posteriormente irão afastar-se do grupo devido ao desenvolvimento de outras atividades.

Mulheres Trabalhadoras (MMT).

Em 88, o grupo amplia novamente sua coordenação, com a indicação de mais seis mulheres.

Dentre essas mulheres, encontramos uma professora, uma arrendatária, duas pequenas proprietárias e duas assentadas.

A professora inicia seu percurso como agente político em atividades ligadas à sua profissão. O primeiro lugar onde atua é a associação dos professores, chegando a ser presidente dessa associação. Nesse período, o MMT inicia um trabalho de discussão com professores da região, sobre os problemas da categoria. A primeira reunião acontece no município dessa trabalhadora. Após o encontro, ela é convidada a participar de uma reunião do Movimento.

E foi lá que eu conheci ela, e ela me convidou pra participar de uma reunião do Movimento(...)Aí eu vim participar da reunião do Movimento, gostei e fiquei até hoje.

(Z., professora)

A arrendatária faz seu primeiro contato com o grupo em 84 quando participava de um grupo de mulheres carentes, junto à Igreja, como responsável na distribuição do leite. Nesse encargo, aproxima-se de uma freira que lhe informa sobre o grupo e, em 85, oferece-lhe condições materiais para que possa participar das comemorações do 8 de março, promovendo assim sua aproximação do grupo de mulheres.

Quando eu cheguei lá elas...aquela pauta, que tava pedindo era maternidade, era aposentadoria e eu gostei demais. Aquela passeata, aquela maior festa na praça. Ai quando terminou o encontro, já seis horas, ai deram um aviso que no outro mês ia haver um encontro de mulher e todas as categorias, queria de cada cidade vir duas ou três pessoas pra gente começar a trabalhar junto. Ai eu fui e disse mas eu não sei onde é, como é que eu vou. Ai, a irmã disse: essa você não pode deixar de ir e você tem de levar outra pessoa. Eu convidei outra companheira e a gente veio pra esse encontro, aqui em Pirpirituba. Quando eu cheguei a esse encontro, e até hoje eu tô aqui.

(O., arrendatária)

O primeiro contato das outras quatro trabalhadoras com o grupo dá-se por duas vias: contatos em áreas de conflitos de terra e contato através do sindicato. No primeiro tipo, encontramos duas trabalhadoras que moram no mesmo município e fazem contato com o grupo na mesma época, mas por caminhos diferentes: uma na própria área do conflito e a outra por intermédio do sindicato de seu município, onde participava de um curso de formação para trabalhadores e em uma das reuniões conhece algumas trabalhadoras que atuavam junto ao MMT e que lhes convida para uma reunião em Guarabira. Ela aceita o convite e, a partir de então, passa a atuar junto ao grupo.

As duas pequenas proprietárias que chegam ao grupo através do sindicato moram no mesmo município e já atuavam junto as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As duas são convidadas pelo presidente do sindicato para formar um grupo de mulheres no seu interior. E através desse trabalho

que as duas agricultoras fazem seu primeiro contato com o MMT.

E ele pensava fazer movimento com as mulheres, porque também ele era ligado a pastoral. Ele trabalhava na pastoral, antes de nascer o Movimento. Então, ele disse que, quando ganhasse, o programa dele era esse: era formar um movimento dentro do sindicato, as mulheres se reunir lá. Então fui convidada através dele.
(Z., peq. prop.)

E pra entrar no Movimento, primeiro a gente conquistou o sindicato, a gente dizia pelego, né?, e entramos na luta do sindicato, conquistamos. Depois comecei a participar das reuniões de mulheres e também dos congressos.
(G., peq. prod.)

Em 91, a coordenação do Movimento é novamente ampliada com o ingresso de mais 3 mulheres, uma professora, uma dona-de-casa e uma pequena proprietária.

A pequena proprietária dá início à sua trajetória nas CEB's, onde, por intermédio de uma freira, faz seu contato inicial com o MMT.

Ela conhecia o Movimento...partiu dela, que eu já acompanhava o grupo...ai que eu comecei a participar.
(T., peq. prop.)

A dona-de-casa inicia seu percurso também nas CEB's. Seu contato com o MMT dá-se sob o intermédio de uma de suas integrantes, que coordenava um grupo de mulheres naquele órgão e incentivava uma participação no Movimento.

A professora inicia sua trajetória na Diocese, onde é convidada a participar de uma reunião, promovida pelo MMT,

em que se discutiria a formação de uma associação de professores . E nesse encontro que acontece o seu primeiro contato com o grupo.

E começou-se a se falar muito e eu comecei a aparecer muito, né?, gostei de ver. Mas eu achei que era aquilo mesmo e comecei a aparecer e de repente me elegeram numa comissão provisória pra associação de funcionários públicos. E a gente fundou essa associação.

(P., professora)

Com a criação da associação de funcionários públicos, essa trabalhadora passa a ter uma participação efetiva enquanto membro de uma comissão provisória . Esse tipo de atuação põe-na em contato com outras entidades nos encontros em que participa como representante da associação.

Aí o ano trasado, eu fui eleita pra participar do encontro de mulheres na..., a nível estadual né?, era pela comissão de mulheres de João Pessoa. Eu fui dessa vez, eu quis ir porque eu ia representando as mulheres urbanas daqui do Brejo, porque rural tem muitas, né?, no Movimento. Então, fiquei lá e comecei. Depois houve muitas reuniões da coordenação e eu comecei a ver que não dava pra ser sindicalista separada da luta das mulheres, né?, aí eu comecei a comprar briga mesmo da mulher, parece que nasceu outra consciência, né?, outra coisa urgente mesmo, a atuação da mulher, a situação que encontra-se a mulher.

(P.)

Um ano após seu contato inicial com o grupo, essa trabalhadora passa a integrar a coordenação do MMT, através de uma indicação em assembléia.

Após a inserção no grupo, as coordenadoras começam a enfrentar os desafios para poder atuar permanentemente. Nos depoimentos recolhidos, percebemos a extensão da luta que elas tiveram que travar em casa para poder chegar ao local das reuniões e/ou encontros promovidos pelo grupo : dificuldades impostas pelos afazeres domésticos (casa e filhos pequenos) e da agricultura; inexistência de condições materiais, a título de recursos financeiros, por não participarem do controle da renda e dependerem completamente dos homens.

As dificuldades do âmbito do trabalho (casa e agricultura) interferem no processo de conquista dos novos espaços de atuação . As coordenadoras enfrentam o desafio negociando tempo, condições materiais e impondo sua posição pessoal. É o início das rupturas, descobertas e mudanças...

O processo de rompimento da situação de opressão e exploração nas esferas privada e pública é lento e repleto de conflitos.

O confronto aparece no privado, no desejo das mulheres de sair de casa para as reuniões do grupo quando, então, esbarram na objeção dos familiares (pai, mãe, esposo e filhos) que procuram impedi-las utilizando o recurso do discurso tradicional, reafirmando o papel adquirido socialmente - o de dona-de-casa - ou ainda fazendo uso da proibição verbal.

As trabalhadoras dominaram essa situação discutindo

8
grupo .

Meu marido, no início, não deixava; a gente chegava dos encontros tarde e a gente dormia fora de casa porque ele não deixava a gente entrar dentro de casa e que disse que mandava eu ir embora e eu com jeito, com amor, então fui conversando com ele, mostrando a realidade, tudo que eu participava, eu transmitia pra ele, né?, nos momentos que dava certo, aí eu consegui. Hoje eu saio de casa, posso passar um dia, dois, e aquilo eu ficava escutando e pensando, pra mim não tem solução, acho que nunca vou chegar a esse ponto e que...cheguei né? com muito sacrifício, cheguei.

(D., Tacima)

Vai, mas não vai. Dormir não. Eu digo é pra dormir. Não. Homem, o que é que tem eu dormir, os meninos tudo grande, fica mais essa menina aí, oxente, e eu num posso. Eu sei que graças a Deus fui, fiquei nessa reunião e dormi. E toda vez eu ia e ele, a cara feia. Me dá dinheiro pra mim ir, me dá dinheiro pra mim ir, aí quando foi um dia ele disse: você não vai mais participar de nenhuma reunião mais não, porque toda vida pede dinheiro. Eu disse: home eu num dou teu dinheiro de volta? porque lá elas me dão dinheiro, eu

-
- 8 - Mesmo as mulheres que já atuavam em outros espaços junto aos esposos sentem dificuldades em atuar no grupo devido às imposições da unidade familiar. Uma hipótese apontada é a ausência de casa por longo período de tempo, o que não ocorria anteriormente. Essa questão aparece muitas vezes nas reuniões do grupo. As mulheres sempre lembram suas dificuldades para chegar até o lugar das reuniões e aos encontros. A estratégia encontrada pelo grupo é : pedir ajuda aos parentes e amigos para o desenvolvimento das atividades cotidianas, levar as crianças pequenas ao lugar das reuniões e integrar ao orçamento total uma verba destinada ao pagamento de viagens e diárias de suas integrantes.

dou teu dinheiro de volta, aí... eu sei, graças a Deus, desde desse dia, de lá prá cá, num saí (do grupo).

(T., assentada)

As coordenadoras conseguem interferir, transformar e implantar um novo tipo de relação no espaço doméstico. Nesse espaço, emerge uma relação entre mulher e família fundada num discurso de igualdade e companheirismo. Isso está manifesto no discurso das mulheres quando expressam a visão de mundo anterior à entrada no grupo e sua concepção de vida atual.

Primeiro, foi na questão de eu ser mulher né?, porque na época, eu não gostava de ser mulher...dai eu entendi que mulher também é gente, que eu tinha que participar de alguma coisa, e é por isso que hoje, muitas coisas da minha vida mudaram, hoje, eu agradeço ao movimento o que eu sou(...) foi com o movimento que me alertou também pra isso, e mudou muito o rumo da minha vida, comecei a entender eu mesma, comecei a me amar como mulher, e também comecei a ver que nós também somos capazes de enfrentar qualquer movimento, qualquer sindicato, qualquer trabalho que o homem faz.

(E., prof.)

Eu acho que, com esse tempo que eu fiquei participando do movimento, que...faço as coisas na hora que quero. Eu acho que a gente é dona da gente, sabe? a gente aprende a ser dona da gente, porque, naquele tempo, as mulheres, eu por exemplo, e outras também, achava que não, a gente era como se fosse um objeto de uma pessoa que mandasse fazer as coisas na hora que quisesse...isso eu não faço mais, eu faço o que eu quero também.

(J., peq. prop.)

Porque antes eu não sabia o que era

mulher, ser mãe, e através do Movimento eu aprendi tudo, aprendi a conhecer meu corpo, aprendi a decidir minha vida, quem eu sou e como sou, antes eu era escrava de casa, de marido, hoje, não, direitos são iguais, as tarefas divididas na minha família, eu não sabia criar meus filhos, era uma discriminação, o movimento mudou cem por cento a minha vida.

(Z., peq.prop.)

Pelos depoimentos, percebemos que existem dois momentos em suas vidas: um anterior à inserção no grupo de mulheres, e outro após a inserção.

O momento anterior à entrada no grupo é marcado pela não valorização do gênero, pela subordinação nos espaços de atuação e legitimação da desigualdade. O momento posterior à entrada no grupo caracteriza-se pela revisão dos antigos conceitos⁹, valorização de si enquanto sujeito e formulação de demandas.

O MMT configura-se no elemento que serve de mediação, entre um momento e outro, rompendo com um tipo de conhecimento tido como tradicional e contribuindo para a instauração de uma nova concepção de vida para elas.

E notável a contribuição do grupo na construção de um

9 - As coordenadoras negam a ideologia de gênero que separa e autonomiza as práticas produtivas e reprodutivas, justifica a divisão sexual do trabalho pela naturalização dos papéis e legitima a relação assimétrica entre os gêneros, em função de uma nova visão acerca das relações entre homens e mulheres, sobre a ótica da igualdade e da articulação entre as práticas sociais.

"novo" saber, cujas idéias estão estruturadas em torno de uma nova concepção de vida, em que o tributo é a perspectiva de reformulações de um pensamento, cuja prerrogativa era a anulação das mulheres enquanto sujeitos. O pensamento atual, crítico e transformador, influencia uma prática inovadora a partir do novo olhar sobre a realidade.

No momento anterior à entrada no grupo, tem-se uma visão imediatista e individualizada de uma situação assimétrica, tornada natural. A relação familiar é tradicional e as relações de trabalho não são criticadas. No momento em que a trabalhadora entra em contato com outras mulheres e passa a perceber sua condição como uma questão social, entra num processo de revisita ao seu interior, cujo auge será a negação da naturalização dos papéis e a transformação desta naturalização em uma problemática.

No grupo, o caminhar vai do discurso à nova postura e prática assumidas pelas mulheres e exteriorizadas no seu interior, contribuindo, ao mesmo tempo, para a transformação dos espaços em que atuam como sujeitos, quando inicia o processo de manifestação através do grupo.

E. Durhan (1984), no estudo que faz acerca dos Movimentos Sociais, focaliza essa dinâmica ao tratar da sociabilidade existente no grupo através da coletivização das experiências individuais. E essa coletividade, segundo a autora, que transporta os indivíduos do plano privado para o

4 - O PERCURSO DAS COORDENADORAS DO MMT

As coordenadoras chegaram ao grupo seguindo uma trajetória de luta que faz aparecer aos poucos, para cada uma, o desejo de repensar sua condição e transformar sua ação. O que querem? Quais são suas inquietações? Quais são suas reivindicações e a quem se dirigem? Que tipo de atuação desejam ter na sociedade?

As demandas dessas mulheres devem ser tomadas como resultado de inquietações de trabalhadoras que pertencem a um conjunto de práticas sociais definidas, partindo de seu lugar na produção e reprodução.

As inquietações dessas trabalhadoras advêm da necessidade de (re)organizar a sua vida tornando visível a multiplicidade de suas práticas sociais, a interdependência entre as atividades desenvolvidas e as tensões existentes no desempenho dessas práticas.

As coordenadoras executam tarefas no âmbito doméstico e extra-doméstico num processo contínuo e conflituoso. Elas distribuem o seu tempo de trabalho entre os cuidados com a casa e os filhos e as atividades fora do ambiente doméstico. Essa multiplicidade de tarefas exige, como afirma Cappellin (1992), "um grande investimento tanto para organizar o lar durante sua ausência no tempo da produção, como para realizar as tarefas domésticas e até para se preparar e se atualizar profissionalmente".

Essa inserção no processo produtivo e reprodutivo ressalta a necessidade de articular tempo e trabalho no desenvolvimento das atividades devido à sobreposição de tarefas e os desafios colocados no seu exercício. Segundo Cappellin

As maiores dificuldades se manifestam na exigência de combinar os respectivos tempos das diferentes atividades; no fato destas implicarem grande esforço e desgaste físico-emocional; na luta para introduzir valores culturais que possam favorecer a repartição de algumas responsabilidades com seus companheiros; no fato de poder contar sempre com uma política trabalhista, social e previdenciária que promove o princípio da "responsabilidade coletiva" na produção e reprodução. (p.60)

A imagem da mulher associada à reprodução físico-social e do homem, à produção de bens materiais, caiu por terra e junto com ela as fronteiras entre esses dois campos. O que temos é uma reformulação cultural que inaugura uma nova ¹ visão sobre as práticas sociais de homens e mulheres.

A identidade de dona-de-casa foi superada em substituição a uma identidade social ampla em que a mulher é percebida a partir de uma variedade de práticas cotidianas. ² O desafio atual é articular essas práticas. Como as

1 - Cappellin (1992) faz alusão a essa nova situação da mulher focalizando as responsabilidades que surgem e o perigo das alternativas que se colocam frente a essa posição atual. Para um aprofundamento da questão cf. Cappellin, p.60.

2 - Cf. Cappellin, op.cit.

coordenadoras se colocam frente a essa situação? Quais são seus desejos ? Como se constrói a relação entre suas múltiplas identidades?

O perfil de suas vontades se caracteriza pelo processo em que aparece como dispositivo básico à descoberta, à localização e o rompimento de um problema que as atinge.

A forma como se colocam as questões para as trabalhadoras aparece singularmente. O que desejam, o que esperam e como transformam os lugares de atuações em cada momento, na última década, é o que as singulariza.

Elas reclamavam mais da situação...logo quando nós começamos a situação de viver dentro de casa só sendo como objeto dentro de casa, não tinha direito de sair pra quebrar todo esse tabu, toda essa opressão que tinha da mulher ser limitada, só dentro de casa, e não participar de nada porque os homens não tinham na cabeça de que a mulher tem direito de assumir espaço, que a mulher tem direito de sair também, como o homem também tem direito, não isso aí foi muito difícil pra gente quebrar.

(Z., peq. prop.)

As reclamações se aglomeram em torno do privado e do público, tendo como ponto de partida sua posição no espaço social.

Vemos no decorrer da década de 80 as inquietações das trabalhadoras, antes isoladas, transformarem-se em demandas de grupo e aparecerem para o corpo social sob as esferas TRABALHO, SAÚDE e PODER.

No campo do trabalho, as demandas aparecem sob o nexo Mulher e Terra / Mulher e Trabalho. O primeiro termo expõe indagações de uma categoria específica, trabalhadora rural, e o segundo faz referência a um conjunto de reivindicações ligadas às condições de trabalho nos vários lugares onde as mulheres se encontram, pontuando necessidades gerais, relacionadas ao urbano e ao rural.

O debate em torno da relação Mulher e Terra evoca a anulação de uma concepção que as expõe como simples reprodutora, desrespeitando sua capacidade criativa e o seu desempenho em diversas atividades de trabalho, em prol de uma nova percepção que torna visível suas práticas nos vários espaços sociais. Surge, então, os primeiros indícios de construção de uma identidade social ³ ampla que

3 - Em Silva (1988), existe uma discussão sobre as categorias identidade e cidadania a partir de uma leitura de Oliveira (1976), Da Matta (1987), e Ruben (1987). No texto citado a autora afirma que a noção de identidade é relacional, remete a diferenças e só vem à tona quando entra em contato com outra identidade, surgindo a partir da necessidade de autoafirmação diante do outro. Constitui-se de idéias sobre si mesmo e sobre o mundo. Identificar é posicionar-se, através de um conjunto de características exclusivas em relação ao outro. E através da percepção da identidade de si mesmo enquanto sujeito, assumindo determinado papel social, que os indivíduos passam a se questionar e a lutar pela ampliação dos direitos, organizando-se em Movimentos sociais, que passam a representá-los e onde eles próprios estão inseridos. (V. L. Mendonça Silva; A Defesa dos Direitos das Trabalhadoras Rurais: o caso de Araruna, 1988, monog.)

leva em consideração a multiplicidade de sujeitos .

A invisibilidade do trabalho da mulher trazia como consequência sua retirada dos espaços de decisão. Como dona-de-casa ela não tinha direitos, não podendo, por exemplo, sindicalizar-se, aposentar-se, possuir o título da terra junto ao marido e, ao trabalhar, percebia salário inferior ao do homem .

No domínio da relação Mulher e Trabalho vemos aparecer demandas que refletem uma problemática associada às condições materiais de desempenho das atividades. Temos, no sentido mais geral, a falta de estabilidade no emprego, falta de proteção ao trabalho, insalubridade, baixos salários, trabalho temporário, dentre outros .

No âmbito da relação Mulher e Saúde o debate passa principalmente pela falta de cuidados por parte dos profissionais e do descaso do poder público no que se refere ao atendimento legado às mulheres . As militantes reclamam da falta de assistência hospitalar, péssimas condições de atendimento à saúde , principalmente no tocante a

-
- 4 - Veja-se a concepção de Laclau (1986) acerca da pluralidade dos sujeitos no estudo que faz sobre movimentos sociais.
- 5 - As informações acerca dessas condições materiais de trabalho foram obtidas através das entrevistas bem como retiradas dos boletins e relatórios do MMT. Para melhor compreensão conferir os boletins informativos e relatórios do MMT. Para aprofundar esta questão consultar Cappellin, 1989.

maternidade .

No campo do poder, o debate dá ênfase à necessidade de ocupação do espaço público e reorganização do espaço privado em que o domínio encontra-se concentrado nas mãos dos homens. Denunciam a discriminação sofrida nesses ambientes.

A história das reivindicações do grupo, no domínio das três esferas abordadas, caminha junto ao processo de seu crescimento . O início se dá com a formulação de demandas e agenciamento das vontades das agricultoras. As reclamações e exigências vão surgindo em correspondência a necessidades conjunturais e em respostas ao processo de descoberta dos direitos. O que desejam ?

No âmbito do trabalho temos as exigências específicas das categorias, formando um leque de demandas e reivindicações: direito à terra; reconhecimento das atividades da agricultora enquanto trabalho; direito ao título da terra junto ao marido; associação na entidade que as representa, enquanto trabalhadoras, o sindicato; um salário igual ao do homem, e justo; proteção ao trabalho; aposentadoria; carteira profissional; férias, repouso remunerado; salário família, entre outros.

6 - Em Cappellin (1993) encontramos uma discussão nessa perspectiva em que a autora afirma que os debates sobre saúde e escola "são mais avaliados por implementar, sem eficiência os serviços de responsabilidade do poder público".

7 - As exigências enumeradas foram retiradas de entrevistas, boletins informativos e relatórios do grupo.

No campo da saúde, reivindicam melhor assistência médica em todos os aspectos relacionados à saúde (doença, gravidez, parto, entre outros).

Finalmente, desejam o reconhecimento de suas práticas sociais e políticas, a eliminação da relação hierárquica de gêneros nos espaços de atuação e uma maior participação nos espaços de decisão, como instituições públicas, sindicatos, partidos, entre outros.

Eu sei que um dos problemas que nós tava discutindo na época era os direitos iguais da mulher, sabe, porque no caso...as mulheres levantavam o problema que elas tinha como é...trabalhavam, lutavam por uma posse da terra, junto com o marido, era ela que tinha que ir pro campo e quem enfrentava a polícia e fazia essas coisas todas e que ia pros patrão brigar também com ele, com os menino e tudo, aí quando o marido ganhava, a terra ia ser colocada...botava somente no nome dele. Aí quando ele tomava cachava vendia a terra e a mulher ficava no mundo sem nada.

(J., peq.prop.)

A gente ficou discutindo o que era mesmo que nós queria, que no fundo, no fundo, era ter...que a mulher crescesse, com participação dentro do movimento sindical. A maior briga da gente, quando a gente entrou, era pra que a mulher tivesse direito também de participar do sindicato, se associar, que a gente comprou várias brigas na região do Brejo, teve sindicato que foi seis meses de luta pras mulheres se associar, entrar com mandato de segurança contra o presidente, no caso Araruna* foi um dos tais, foi muito difícil, fazia grupo de mulheres, ia lá, reivindicava a se associar e eles diziam que não tinham direito, que não associava, não só ia uma vez, a gente incentivando, se reunindo,

discutindo. A briga maior foi a participação da mulher no sindicato, se associar.

(Z.,peq.Prop.)

As trabalhadoras expõem no grupo o desejo de atuar efetivamente nos lugares tradicionalmente negados como uma das perspectivas de reconhecimento de si enquanto agentes políticos.

E a gente começou colocar nas cabeças delas que elas tinham que ir também e ocupar os espaços, porque a mulher também é gente, a mulher tem cabeça. Como trabalhadora pode participar dos eventos e também ser eleita e votar e ir até mesmo às assembléias de sindicato.

(Z.,peq.prop.)

A nova relação com a sociedade foi instaurada e o novo sujeito apareceu. A visão tradicional sobre gênero/ação e espaço social, interiorizada e socializada, perde o significado graças à percepção da própria identidade de si mesmo enquanto sujeito, assumindo um novo papel social. O resultado é o questionamento e a luta pela ampliação dos direitos, a busca da cidadania.

Olhe em 80 você dizia: "a aposentadoria aos 55 anos era uma loucura muito grande, era idiota mesmo o cara que dizia isso.,

8 - No contexto dessa discussão é interessante citar o conceito de cidadania de Da Matta (1987), o autor afirma a sua construção sócio-histórica: "Como cidadão eu pertencço a um espaço eminentemente público e defino o meu ser em termos de um conjunto de direitos e deveres para com uma outra entidade também universal, chamada de "nação".

porque ninguém acreditava não, , essas mulheres tão loucas. E elas conseguiram. Passa o tempo e a gente vê que as mulheres conseguiram, aquilo lá, aquela briga saiu. Depois saiu o direito de mulher sindicalizada, sai mulher presidente de sindicato, né?, e foi a partir daí que a gente viu que tava crescendo, que a mulher tava assumindo mesmo.

(P., prof.)

As necessidades surgem, provocam reivindicações e luta para serem satisfeitas e...ressurgem a cada instante em correspondência às exigências do momento. A busca do atendimento das necessidades representa, no processo de amadurecimento na luta, o reconhecimento da cidadania. Como esse reconhecimento se constrói? Um dos canais é a ocupação dos espaços negados e a luta nesses espaços. É o que veremos a seguir.

4.1. A redefinição das práticas sociais

A participação no Movimento faz aparecer um novo olhar sobre a realidade, desperta o interesse por uma participação permanente e contribui para a ocupação de outros espaços, numa perspectiva que inaugura um novo tipo de ação.

A busca de outras instâncias representa uma ampliação do espaço de representação política e campo de negociação, bem como a articulação entre diversas forças políticas que atuam sobre o social. A intenção é questionar antigas

práticas sexistas, exigir garantias de participação, instaurar a temática sobre assimetria de gêneros e questionar políticas que vão de encontro aos interesses da classe trabalhadora.⁹

Após o primeiro contato com o MMT, as coordenadoras iniciam sua participação nas atividades, dando início a um processo de questionamentos e mudanças em suas vidas. Uma demonstração disso é a dinâmica criada por elas em termos de participação no público e de sua transformação, além das mudanças no âmbito privado que instauram. No que se refere ao público, temos sua aparição desde o espaço da rua, reclamando, reivindicando e mudando, até os espaços em que sua participação hoje é efetiva, os ambientes fechados e antes "proibidos" onde atualmente atuam, como os sindicatos e partidos políticos.

A participação em outros órgãos é buscada pelas coordenadoras e incentivada pelo grupo. A intenção é levar a problemática a outros lugares, no intento de ampliar o espaço de discussão sobre as condições de produção e reprodução social.

9 - A articulação com outras entidades fundamenta-se numa proposta de difundir uma orientação político-ideológica em que modifica-se a lógica hierarquizante das relações de gênero. O intercâmbio é provocado pelo grupo no sentido de estender o debate a outros lugares e ampliar o campo de força e luta. Os vínculos, porém, não se dão apenas com a presença das trabalhadoras diretamente nessas instâncias mas, sob a forma de trabalho conjunto, de troca de informações, discussões e luta.

E interessante, é muito importante, porque acho que não deve se limitar somente aqui na região do Brejo, ou na coordenação, no Movimento, não, acho que ela tem que assumir outras instâncias, como é que diz, outras instâncias, quer seja CUT, quer seja na política.
(Z., dirigente sind.)

A ampliação da militância é um risco para o movimento, no sentido de provocar perdas no seu quadro e deixar vazios espaços necessários para sua auto-reprodução. O MMT tem uma preocupação nessa direção e procura resolver o que pode vir a ser um problema através do trabalho de formação no interior do grupo.

E assim, porque, à proporção que a gente vai participando, a gente vai sendo...automaticamente conduzida para outras instâncias, né?, aí chega um determinado ponto que a gente não tem condições de levar em frente a condução do trabalho das mulheres e dar conta das outras tarefas que nós também consideramos importante, participar no sindicato, na CUT regional, ou em alguma tarefa da CUT estadual ou do Partido, né?, então, à proporção que as pessoas vão se engajando em outras tarefas, não se desliga da coordenação, mas necessariamente se faz trazer pessoas novas para a coordenação pra não criar vazio na coordenação, inclusive esta é uma preocupação constante do Movimento, renovar, no sentido de ter sempre alguém preparado ao ponto de, se qualquer companheira assumir outra tarefa, tem alguém que vai substituir esse espaço aí.
(K., ex-coordenadora)

E interessante notar que as mulheres vão a outros lugares e continuam seu trabalho junto ao MMT. Mesmo aquelas que saem para ocupar cargos e deixam suas atividades

no grupo para trás, continuam com um certo vínculo, participam em algumas reuniões, encontros e debatem as questões femininas nos órgãos em que estão presentes. Encontramos, no decorrer da pesquisa, algumas mulheres que se afastaram do grupo devido a outros encargos, mas que ainda mantêm um vínculo, através de participação em debates, assembleias e encontros, além de incorporar o debate do Movimento nos lugares onde se encontram presentes.¹⁰

4.2. Práticas sindicais

O sindicato é reconhecido como o lugar em que se discute as relações de trabalho, organizam-se demandas e se encaminham reivindicações. É o lugar de luta travada pelas categorias, por ser a instância que representa seus interesses de classe.

Para as trabalhadoras o sindicato representa um espaço onde se tem oportunidade de discutir uma problemática específica - a de mulher trabalhadora - vinculada a uma questão global - relações de trabalho. Conforme Cappelin,

Haveria hoje, por parte das trabalhadoras, uma vontade política de socializar suas reivindicações no espaço sindical.

(Cappelin:1989; 261)

10 - Em termos de coordenação, detectamos 6 afastamentos: uma coordenadora está no PROCEP, uma na presidência do STR, uma no Mov. dos sem-terra, duas na Igreja e uma sem exercer nenhum trabalho de militância.

Ao se indagar as trabalhadoras sobre a importância da atuação na entidade sindical, obtivemos respostas acerca da necessidade de ocupação de outras instâncias pelo grupo no intento de problematizar relações. O sindicato é o ponto de partida no processo de conquista. Isso se deve a dois fatores: a) a conjuntura do Brejo no momento em as trabalhadoras começam a se reunir e b) ao desejo de tornar visível sua presença no espaço produtivo, como trabalhadora.

Quando tem um seminário ou uma oficina como essa agora que a gente tá trazendo também outras mulheres, principalmente a presidente do outro sindicato, pra começar a ver também a necessidade de trabalhar a questão da mulher dentro dos sindicatos, então é um espaço muito bom né?, que se tem pra trabalhar, principalmente porque ainda tem a questão da mulher casada que não pode participar das direções sindicais porque o marido não deixa, porque não sei que, então por aí a gente tem que começar o trabalho né?, pra começar as libertações delas e isso só com um trabalho muito grande de conscientização, de encontros, seminários, pra chegar a esse ponto.

(P., dirigente sindical)

A primeira grande campanha do MMT foi a sindicalização para a mulher nos âmbitos urbano e rural, no início da década de 80. O conteúdo básico era o seu reconhecimento como trabalhadora, que, por sua vez, simbolizava a reivindicação da sua visibilidade no âmbito da produção. Tal luta foi absorvida em toda a Região e abraçada por várias trabalhadoras que desejavam a inserção em um espaço que sempre lhes foi negado. Cappellin, numa análise sobre a participação feminina na organização

sindical, refere-se a essa questão afirmando que

A importância disso vem a público quando o processo de ampliação dos movimentos sociais e a organização do movimento sindical fomentam a demanda de um maior espaço de expressão político-institucional, questionando, em consequência, a legitimidade das antigas lideranças sindicais.

(Cappellin:1989)

Atualmente todas as militantes do grupo - e não apenas as coordenadoras -estão inseridas em seus sindicatos, participando de sua dinâmica interna, levando suas reclamações e reivindicando uma atitude que corresponda aos seus anseios de trabalhadora.

As trabalhadoras transformam o sindicato em mais um espaço de atuação e de luta a favor de seus interesses. E o movimento sindical que lhes dá mecanismos para atuar no campo do trabalho.

Nas entidades sindicais, as propostas que visam ampliar as funções e o papel de defesa econômica avançam em direção à defesa dos direitos sociais e políticos, e as propostas de ampliação da participação da base avançam na busca de democratizar internamente a estrutura de representação.

(p.262)

Segundo Cappellin, em 1976, havia a presença de uma ou mais mulheres na direção de 52% dos sindicatos da Paraíba e nos anos 85/86, 70% das entidades que renovaram sua diretoria incorporaram a presença da mulher. a autora afirma que

A contribuição das trabalhadoras nas diretorias é fruto de um multiplicidade de fatores. Não podemos negar que existe um "uso social" distinto da contribuição feminina, que vai na direção de fortalecer e renovar a manutenção de sindicatos assistencialistas. Mas, há também um novo e mais efetivo engajamento político da classe trabalhadora, graças também à contribuição das mulheres.
(p.265)

O MMT tem dado uma grande ajuda nesse aumento progressivo das mulheres nas diretorias sindicais na região do Brejo e na própria transformação na forma de atuação por parte dos dirigentes em geral e não apenas das mulheres. A preocupação vem no sentido de transformar as práticas tradicionais de sindicalistas e reforçar o papel de mediador do sindicato.

Em termos quantitativos, encontramos hoje um bom número de mulheres participando em suas entidades sindicais e uma boa representação feminina em suas diretorias. No que se refere à coordenação do MMT, especificamente, existem 07 mulheres na direção dos sindicatos de sua categoria, em seus municípios de origem, assim distribuídas: duas presidentes nos STRs, uma presidente do SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público), uma secretária e uma suplente nos STRs, uma na secretaria de informação do SINTEP¹¹ e uma na secretaria da mulher do STR .

11- Presidentes - municípios de Tacima , Araçagi e

As mulheres da coordenação que não estão na direção de seus sindicatos alegam alguns fatores como: o filho já é presidente, o sindicato é pelego ou, ainda, que prioriza outro lugar para participar e não tem tempo para assumir o trabalho no sindicato. Temos, por fim, o choque dessa atividade com o trabalho doméstico. São as antigas questões que se fazem presentes no cotidiano das mulheres e que elas ainda devem driblar no desejo de ocupação de outros espaços.

As trabalhadoras não eliminaram por completo a dificuldade da chegada ao público. Os problemas encontrados vão desde os referentes à dicotomia privado-público, até a sobrecarga de atividades devido à sobrecarga que resulta da articulação dos três espaços de sociabilidade: família, representação política e trabalho (Cappellin; 1993).

Este fato atinge, no íntimo, o modelo feminino e cria, às vezes, conflitos de papéis que inviabilizam ou obstaculizam a militância política.
(p .290)

O sindicato é o primeiro lugar para onde as mulheres vão após o contato com o MMT, onde se procura garantir um espaço de participação, inaugurar um debate fundamentado nas relações de gênero, eliminar as assimetrias, construir

cont.

Guarabira; Secretaria- município de Pirpirituba;
suplente- município de Duas estradas; Secretaria de
informação - Guarabira; Secretaria da mulher - Araçagi.

uma postura crítica frente ao trabalho e refletir sobre os direitos. É um momento de maturidade política. Entretanto, ao chegarem ao sindicato, depararam-se com uma estrutura que as renega, não lhes dando brecha para uma ação.

Eu não digo ainda que é o que a gente queria, porque eu acho que o movimento sindical, ele é muito...como é que eu posso dizer...ele é muito reduzido. Primeiro, ele não garante um espaço para a participação das mulheres e dos jovens, ele não garante, ele fala no papel, mas na prática não garante.

(K., fundadora do grupo)

P: Nem onde estão as mulheres?

Há uma tentativa. Já melhorou muito, mas não é tanto quanto, porque a direção do sindicato ela não é composta só de mulheres, além do mais, no sindicato a própria estrutura sindical te leva pra muitas coisas, te engole muito, tá entendendo? Burocrático e reivindicatório e tal. Melhorou um pouco, sabe, com a participação das mulheres aqui no Brejo os sindicatos já tomaram outra cara, mas ainda eu acho que não como a gente esperava.

(idem)

É difícil, mas a gente vai tentando né...como por exemplo né?, quando tem uma assembleia do sindicato a gente tá lá, o movimento de mulheres tá lá. Então se a gente tem algum informe a gente vai conversar com os trabalhadores, mostrar que temos o movimento de mulheres e temos tal e tal atividades a realizar-se e convidarmos as mulheres a participar, e pedimos assim a compreensão dos trabalhadores e mostramos a importância de o homem e a mulher lutar junto, mostramos toda a problemática que existe no nosso convívio, ao nosso redor, no nosso município, nosso Estado, nosso país né, e assim a gente vem tentando pelo

menos a conscientizar os trabalhadores e a conquistar né?, esse espaço onde a mulher possa nos ajudar, a mulherada né?, dos trabalhadores que estão já no sindicato.

(D., dirigente sindical)

A tarefa inicial é transformar uma forma de relação institucionalizada, com o objetivo de construir uma relação entre trabalhadoras e sindicato, e, ainda, entre este e o Movimento. Vemos a modificação do poder enquanto força que promove a autoridade e viabiliza a desigualdade em prol de um poder como sinônimo de direito de agir igualmente.

A relação Movimento/Instituição se dá através de troca de informações e trabalho mútuo na área de atuação de ambos. Ao indagarmos como o Movimento se comunica com o sindicato as trabalhadoras respondem:

Porque é o seguinte, nós, o nosso grupo de mulheres, a nível de município né?, a gente participa, as mulheres participam do sindicato na luta pela terra, tudo né?, é em conjunto.

(D., dir. sindical)

Olhe, todas nós aqui participamos, até mesmo mulheres que participam só dos encontros que a gente faz né?, sempre se leva a discussão da questão da mulher, em qualquer canto que a gente ...que esteja, muito embora que tem sindicatos ou sindicalistas né, que passam por cima num...quebra aquela questão, não deixa que haja debate, mas mesmo assim a gente leva...tanto divulga o trabalho do MMT como também discute as questões que cabe a gente né?, que cabe ao Movimento de Mulheres, por exemplo as questões de 30% na direção do sindicato...

(E., dir. sindical)

aconteceu no final de 85, aconteceu a fundação da CUT estadual, eu fui nesse Congresso, e tinha umas 50 mulheres, aí foi levantada a proposta de se fundar a secretaria da mulher. Então foi fundada a secretaria da mulher e eu comecei a fazer parte dessa secretaria, que era pra poder conseguir esse objetivo de se entrosar com as mulheres que fosse da área urbana, no final de 85.

(Z., ex-representante na comissão de mulheres da CUT)

Após três anos de existência, a Secretaria é extinta e as mulheres se aglutinam em torno de uma comissão, denominada comissão de mulheres da CUT., ligada à secretaria de política social.

Depois de três anos houve um novo Congresso, a CUT levanta alguns questionamentos que pelo estatuto da CUT não podia existir a secretaria da mulher, porque não constava nos estatutos, e foi aberta uma discussão com a gente que formava a secretaria, a comissão, e foi decidido ter uma comissão de mulheres ligada à secretaria de política social da CUT.

(Idem)

No último Congresso (1991), a comissão passa a ficar sob a custódia da secretaria de formação. Essa comissão é hoje composta por trabalhadoras urbanas ligadas a grupos feministas e sindicatos, e trabalhadoras rurais ligadas a grupos de mulheres e sindicatos.

Através da comissão, o MMT expõe suas demandas para as trabalhadoras urbanas e, em contrapartida, toma conhecimento do debate existente na área urbana. As reivindicações das mulheres urbanas não são tomadas pelo MMT em sua forma

inaugural, mas são reelaboradas de acordo com as necessidades locais.

Exatamente, de acordo com a necessidade de cada. E elas sentem a dificuldade de cada. E elas sentem a dificuldade de trabalhar na cidade, é tanto que elas têm mais uma aproximação com a gente. Ela fecha com as propostas da gente.

(Z.)

A secretaria aparece como o contato entre o interno e externo em termos de região do Brejo e Estado da Paraíba, e estende-se ao país como um todo. E através da CUT, além do MMT, que as militantes mantêm contatos com grupos de mulheres ou outros movimentos sociais, além de sindicatos e diversas outras entidades, e participam de congressos em vários lugares do país e até no Exterior .

E a gente cresceu muito, hoje qualquer uma de nós vai pra qualquer Estado, se for possível até pro estrangeiro. Eu já fui. Me elegeram pra passar 3 meses em Cuba e eu , no início não quis aceitar e tal, não fui. Mas quando foi depois veio um Congresso, e um Congresso de mulher em Cuba e eu fui, e fui sozinha da Paraíba pra S.Paulo, fui várias vezes.

(Z.)

No interior da Central Sindical a relação ainda é tensa. As trabalhadoras reclamam da difícil relação que existe com alguns sindicalistas e dirigentes da CUT estadual.

E a gente somos cutista, e defendemos a proposta da CUT, mas sabemos inclusive que dentro da CUT na CUT regional, tem homem muito machista e que não fecha, muitas vezes chega lá no palanque num ato público defende a tese, defende a mulher, mas quando chega na prática...defende na

teoria, na prática não. Então a gente sabe como é difícil conviver assim.

(Z.)

As trabalhadoras ainda estão num processo de construção de uma nova relação no interior dessa entidade, na mesma medida em que estão construindo esta relação nos outros lugares ocupados. Apesar da tensão, elas procuram desenvolver atividades, elaborar projetos de trabalho e inaugurar espaços. Um exemplo disso é a contribuição que as trabalhadoras inseridas no MMT deram para a estruturação da CUT regional, na região do Brejo, onde, inclusive, fazem parte de sua direção.

Dentre as 13 trabalhadoras que estão na coordenação, encontramos 7 que estão atualmente na CUT-Regional e/ou Estadual (ver anexo IV).

O vínculo com a CUT proporciona um contato com diversas categorias de trabalho e sindicatos a nível nacional, enriquece a reflexão e o debate sobre as condições de trabalho e estilo de vida das trabalhadoras e favorece a busca do sujeito trabalhador com direitos.

4.4. O partido como instância do poder

A relação movimentos sociais e partidos políticos foi exaustivamente discutida pelos intelectuais das ciências sociais e protagonistas desses Movimentos nas últimas duas décadas. O eixo da discussão foi sempre a nova proposta

de atuação dos movimentos emergentes e o tipo de comunicação a ser efetuado com os partidos a partir dessa proposta.

A nossa intenção é retomar essa discussão a partir do estudo de um movimento específico, o MMT. Nesse sentido, procuraremos demonstrar de que forma um grupo de mulheres que se identifica com as determinações dos "novos movimentos sociais" se relaciona com uma instância do poder, o partido político.

O partido é outra esfera atingida pelas trabalhadoras em seu processo de busca do espaço público. A procura do partido inscreve-se na proposta de ocupação dos espaços que lhes sirvam como mediador entre a sociedade política e civil, a medida que aquele aparece como lugar que apresenta a problemática, formula propostas, fornece alternativas e negocia questões no âmbito mais geral.

E um compromisso a mais, é uma soma a mais pra mostrar nossa competência, o nosso compromisso, nossa garra como mulher e mostrar pro restante da sociedade, pra todos, que a gente também somos gente, nós temos também nossos direitos como cidadã não só de votar mas também de ser votada.

**(D.dirigente de partido e
candidata à cargo público)**

O partido possibilita uma relação direta com o Estado, por ser um espaço de atuação em que a meta é a ação com fins políticos e sociais. E através do partido que se atinge o poder político e se pode modificar relações na sociedade

civil e entre ela e o próprio Estado.

A relação do partido com o movimento existe sob uma tensão constante devido à dificuldade de negociação entre duas forças estruturadas organizativamente de forma diferente e com orientação ideológico-política contrária. Ao provocar o diálogo com o partido, o movimento depara-se com uma estrutura organizativa hierarquizada e centralizada que resiste à formação de núcleos de debate no seu interior e dificulta negociações¹³. Diante desse contexto, como se dá a relação do MMT com o partido?

Ao analisarmos o relacionamento entre o MMT e o partido, deparamo-nos com um relacionamento entre duas forças que não se opõem, ao contrário, completam-se.

O partido é uma instância necessária no processo de negociação e transformação da política tradicional, bem como do padrão sócio-cultural, pois "resgatar a sociedade da política é, em si mesma uma tarefa política que exige poder político para prosseguir" (Evers, 1984). A questão é: com quem conversar, como participar e como modificar. No processo de debate com a esfera político-institucional, o MMT procura atuar junto a um partido democrático que tome sua causa e as torne política, aceite a presença das

13 - Sobre essa relação entre movimento social e partido político consulte Evers (1984), Durhan (1984), Laclau (1986), Scherer-warren (1987), Karner (1987) e Pinto (1992).

mulheres e se relacione num nível horizontal a partir da articulação das metas de ambos.

O MMT dialoga com um partido político em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT). A escolha desse partido como interlocutor justifica-se pelo projeto político de atuação que ele detém e que se distancia da tradicional estrutura partidária. O PT é o único partido que tem uma estrutura democrática, uma nova cultura política, dialoga de forma horizontal com os movimentos, considerando suas demandas, e é pioneiro nas discussões sobre gênero.

Ao tornarem-se membros do PT, as trabalhadoras procuram estender o seu método de trabalho a este no intento de poder eliminar a dicotomia entre as duas forças- Movimento e Partido.

As coordenadoras têm uma trajetória de luta no interior do que se confunde com a própria criação deste. Algumas delas contribuíram para a formação do PT em seus municípios e hoje atuam em sua direção. Elas conseguem promover uma relação horizontal entre as duas entidades de representação, quais sejam MMT e PT.

E tem o trabalho do PT, sou presidente do partido lá e tenho que acompanhar o companheiro, né?, porque a minha história do PT lá...eu fui fundadora do partido. Mais ou menos em 85, por aí.

(P., coordenadora)

As coordenadoras ingressam no PT em busca de uma

atuação no campo político que o Movimento não possibilita. A inserção naquele se dá devido a interesses subjetivos e objetivos. O subjetivo aparece na perspectiva de amadurecimento enquanto sujeito e crescimento político no interior do partido; o objetivo vem no sentido de interferir no social, materializando uma idéia de transformação de uma realidade existente.

No aspecto subjetivo, vemos seu crescimento na forma de atuação. Esta se apresenta desde a militância até a administração do partido. Das 13 coordenadoras do MMT, 4 estão no diretório estadual do PT, 2 são presidentes do partido, 1 está na secretaria de formação e 1 no departamento feminino em seus municípios¹⁴.

Há um grande interesse em chegar ao partido, por ele ser a via de acesso ao poder político e dar margem a uma discussão sobre relações de poder. As mulheres questionam tanto as relações entre elas e os homens como a estrutura do partido e seus projetos políticos.

Nas últimas eleições (1992), o PT apresenta, para a região do Brejo, a candidatura de 3 mulheres a cargos públicos: 1 candidata a prefeita e 2 a vereadora em seus municípios. Essas mulheres são da coordenação do MMT.¹⁵

Eu acho que a importância é o seguinte: é

14 - Informações obtidas através de entrevistas com as coordenadoras do MMT.

15 - Idem

que a gente viu que nós temos um trabalho de base e que a gente podia ou podemos colaborar com o partido né?, porque não é só com a CUT regional, não é só com outras entidades né?, que a gente vai

conseguir chegar onde a gente quer, no objetivo principal que é o poder. E nós vimos que nós mulheres temos essa tarefa de sairmos candidatas, seja vereadoras, seja candidata a prefeita, é um compromisso nosso, é uma soma a mais, pra mostrar também a nossa competência.

(D., coordenadora)

O depoimento ressalta uma preocupação das mulheres em mostrar a sua capacidade de atuar em um espaço reconhecido como masculino. Elas dão ênfase a atuação nessa esfera no sentido de mostrar sua competência ao participar do jogo político.

A busca de cada um dos órgãos pelas mulheres traduz-se no tipo de ação a ser desenvolvida e na forma de negociação a ser efetivada em cada lugar. O partido é mais um canal de negociação política com a sociedade e de debate sobre a competência política das mulheres .

O empenho das trabalhadoras ao desenvolver as atividades nos lugares onde se inserem resulta do desejo de articulação entre os diferentes canais de representação e a combinação entre as diferentes posições de sujeito. A vontade de participar surge no processo de amadurecimento, iniciado no MMT, quando descobre a problemática das relações de gênero.

Por um lado, é importante as mulheres se entrosar, agora pra isso eu acho que a nossa cabeça tem uma questão bastante clara que as mulheres vêm participando do movimento elas vão crescendo e, à proporção que vão crescendo, elas vão se capacitando, à proporção que se capacita ela se integra, ela assume alguma tarefa noutras instâncias...

(K., assessoria)

As trabalhadoras rurais não conseguem mais ficar à parte das discussões e decisões sociais e procuram interferir através das instâncias de poder que a sociedade detem. Elas assumem tarefas, desenvolvem trabalhos nos mais diferentes lugares, utilizando como referencial sua problemática.

O Sindicato, a Central Sindical e o Partido são exemplos de espaços que articulam em seu interior discussões sobre relações de gênero e classe. A luta, nesses espaços, dá-se em torno da transformação das relações de exploração e expropriação, ou melhor, no sentido de modificar as relações de classe (trabalho) e gênero (mulher)¹⁶. A participação das trabalhadoras se consubstancia numa extensão do trabalho iniciado no MMT, onde continuam desenvolvendo sua ação. Para elas esses espaços representam a via de acesso as mudanças, é neles que refletem, discutem e formulam projetos sobre relações sociais e demonstram seu desejo de modificar cultural e politicamente essas relações.

16 - Ver a esse respeito Castro e Lavinias, 1992.

5 - CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este texto, levantamos algumas questões acerca do processo de transformação das práticas sociais das coordenadoras do MMT e da alteração que provocam nos espaços onde atuam. Tratamos de ressaltar, durante a exposição, o percurso feito por essas mulheres para modificar um modo de vida, deixando transparecer a sua luta para se tornar visível e instaurar novas relações no espaço social. Nesse sentido, indicamos seu estilo de vida anterior à entrada no grupo, a aproximação deste, o processo de descobertas e inquietações junto a este, as tensões e rupturas sofridas em cada momento do processo e, finalmente, a sua visibilidade nos espaços de atuação, seguida da modificação de suas práticas.

Como essas mulheres conduziam sua vida antes do contato com o MMT e como conduzem atualmente?

Durante o texto, deparamo-nos com depoimentos que indicavam uma situação, anterior à entrada no grupo, estruturada sob uma assimetria de gêneros que delimitava lugares, papéis, comportamentos, saberes e definia relações sociais. A condição de invisibilidade da mulher era ressaltada pela dicotomia entre os espaços produtivo/reprodutivo, público/privado que lhes impingia uma situação circunscrita ao doméstico, dificultando-lhes assim, o direito de agir plenamente.

As coordenadoras, embora desenvolvessem um trabalho no âmbito doméstico e extra-doméstico, não tinham essa ação reconhecida. A sua atividade doméstica não era tida como trabalho, bem como não havia uma divisão das tarefas nesse espaço. A sua atividade produtiva era desconsiderada e o espaço de representação, negado.

O MMT aparece no texto como um espaço que inaugura uma transformação no campo do imaginário feminino e contribui para a construção de uma identidade social que resgata a pluralidade de sujeitos .

Ao analisarmos a trajetória das coordenadoras do MMT, concluímos que, à proporção que elas se aproximam umas das outras, formando um grupo, e começam a indagar sobre sua condição dão início a uma "desordem" no seu interior, enquanto sujeito, delineando uma "nova ordem"¹. A adesão ao movimento, na perspectiva de Pinto (1992), traz em si uma rede de rupturas na medida em que coloca o sujeito "frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança". Aderir ao movimento significa reelaborar um imaginário que, por sua vez, reformula

1 - O estudo de Pinto ressalta com muita clareza o que estamos apontando aqui acerca da reorganização do cotidiano dos sujeitos a partir da sua adesão ao movimento social. Para um melhor aprofundamento dessa questão, cf. Pinto, 1992.

relações historicamente definidas.

As coordenadoras romperam com uma situação de exclusão social, transformaram o "cotidiano familiar"² e redefiniram suas relações sociais .

As inquietações apareceram, transformaram - se em demandas e exigências e levaram a modificações do estilo de vida dessas trabalhadoras.

As coordenadoras moveram sua vida e movimentaram-se construindo um novo olhar sobre a sociedade. A nova lógica, construída a partir de uma lógica anterior, leva a uma (re)organização de suas vidas através da (re)ordenação dos espaços que mantêm relação.

A mudança que se instaura em suas vidas aparece, no âmbito doméstico, no tipo de relação construída a partir da (re)definição dos papéis, e , no âmbito público, na ocupação de espaços até então negados.

Os espaços são transformados pelas trabalhadoras. Elas o (re)estruturaram partindo de necessidades construídas no processo de socialização . Enquanto no espaço doméstico encontramos uma substituição do poder do marido por uma relação igual e uma distribuição das tarefas entre os membros que constituem a família, no âmbito público

2 - Cf. Pinto, op.cit.

encontramos a inserção nos espaços de representação e a visibilidade no processo produtivo .

As trabalhadoras mostram, através de sua ação, que existe uma continuidade entre as práticas produtivas e reprodutivas, que o público é permeado pelo privado e que este é também um espaço eminentemente político ³ .

Essas mulheres abdicaram da posição legada pela sociedade e abraçaram uma proposta de emancipação calcada na busca de uma relação social de gênero na forma horizontal .

Para que pudéssemos entender a dimensão da alteração do estilo de vida dessas mulheres, fizemos uma discussão no texto que caminhou do público ao privado, por entender que existe uma saída de casa que irá favorecer um encontro entre sujeitos e dará início a alterações em suas vidas.

O mundo público é o mundo do mercado de trabalho, da ocupação dos espaços políticos, das negociações e o lugar onde o poder, e/ou as relações de poder, são emergentes. E no público que as demandas aparecem e são discutidas e reconhecidas pela sociedade. ⁴

O MMT é um espaço que tem a capacidade de colocar a público questões específicas, transformadas em reivindicações, transformando - se, assim, em mediador

3 - Cf. Saffioti, 1992.

4 - Cf. Pinto, op. cit.

entre sujeitos e sociedade.

Não queremos afirmar, contudo, que o Movimento é essencialmente reivindicatório, mas, seguindo de perto Pinto, "apontar sua visibilidade que advém do próprio fato de a relação entre os movimentos sociais, a sociedade e o Estado se dar no âmbito do público, no âmbito do enunciado". (p.129).

As trabalhadoras vão a público exigir uma visibilidade negada pela sociedade, afirmando seu lugar em uma estrutura social que as relega, quando as toma como inferior e incapaz. Elas reclamam a partir de uma idéia de direitos que detém, só compreensível numa análise de suas relações cotidianas. E mister afirmar que, no Brejo paraibano, o desejo da ocupação dos espaços por parte das mulheres demonstra o interesse em transformar uma concepção de vida existente e legitimada pelo social, bem como a vontade de transformar relações marcadas pelo domínio e força entre gêneros .

O debate instaurado gira em torno de uma questão fundamental: relação produção/reprodução, em que a proposta de articulação caminha junto à exigência da visibilidade da mulher nesses espaços por ela ocupados.

Assim, aparecem lutas pela ocupação efetiva de espaços

5 - Considerando aqui a relação desigual entre homens e mulheres em que estas se encontram numa relação de subordinação e invisibilidade.

e pelo reconhecimento de sua presença enquanto sujeito social. Encontramos a Pastoral da Terra como o primeiro lugar de discussão e primeiro momento de ruptura no processo de amadurecimento. As lutas vão aparecendo aos poucos. Vemos lutas pela sindicalização da mulher, pela inserção nas diretorias sindicais, nos partidos políticos e outras entidades . Sua volta para casa provoca mudanças na organização do grupo familiar.

Tudo isso foi uma experiência muito grande que eu acho que com esse tempo que eu fiquei participando do movimento que...faço as coisas na hora que quero. Eu acho que a gente é dona da gente sabe, a gente aprende a ser dona da gente, porque naquele tempo as mulheres, eu por exemplo e outras também, achava que não, a gente era como se fosse um objeto de uma pessoa que mandasse a gente fazer as coisas na hora que quisesse, e isso eu não faço mais.

(J., coordenadora.)

As coordenadoras constroem sua história a partir de necessidades peculiares sentidas no processo de descoberta de direitos sociais e de si enquanto sujeitos de direitos. Ocupam espaços negados e inauguram formas de relações cotidianas.

Os espaços buscados por elas são, sobretudo, os sindicatos e partidos. Eles aparecem como " espaços possíveis de poder no Estado"⁶ . São lugares de visibilidade

6- Cf. Pinto, op.cit.

e servem como mecanismos de relação indireta com o Estado no processo de negociação.

As mudanças instauradas no processo de construção da cidadania são notórias. As coordenadoras estão nas organizações, nos partidos políticos, no espaço produtivo...

De tudo o que foi abordado, uma questão deve ser enfatizada: o MMT é um grande contribuidor no processo de construção de sujeitos políticos, fornece elementos para alterar relações sociais e desperta o interesse em atuar. As coordenadoras modificaram seu discurso e prática social porque tiveram possibilidade de exteriorizar carências individuais, compartilhar vivências e construir demandas em grupo. Por esse caminho elas (re)conheceram sua cidadania.

O reconhecimento da identidade social se manifesta no seu discurso quando elas expressam sua condição atual de sujeitos, de atrizes, a sua visibilidade, ou seja, a construção da identidade de gênero. Houve uma reelaboração das representações sociais que provocou um diálogo social e transformou um estilo de vida culturalmente definido. Eis o movimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERTOLAZZI, Annalisa. Novo Sindicalismo no Campo Paraibano: continuidades e mudanças. C. Grande, 1989. Dissert. (mestr.) Sociologia Rural/ UFPb.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, Renato (org.), Fernandes, F. (coord.) Pierre Bourdieu, coleção grandes cientistas sociais, SP, ed. Ática, 1983, pp. 82 -121

CAPPELLIN, Paola. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste, 1976 - 1986. In: Costa, A., Bruschini, C. (orgs.) Rebelião e Submissão: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: vértice; FCC, 1989, pp. 255 - 300.

---. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um dialogo em curso. In: Camuflagem e Transparência: as mulheres no sindicalismo. S. Paulo, 1990, CUT.

---. Mulheres invisíveis. In: Teoria e Debate, nº 19, S. Paulo, 1992, PT.

---. Trabalhadoras, conflitos sociais e cidadania no Brasil. Trad. "Nouvelles formes de conflitualité sociale et démocratie au Bresil". In Pereira (org.), L'Amérique Latine: vers la démocratie? Bruxelles, ed. complexe, 1993.

- . Atrás das práticas: o perfil das sindicalistas, 1994.
mimeo.
- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. RJ,
ed. paz e terra, 1982.
- CASTRO, M.Garcia, LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero. In:
Costa, A., Bruschini, C. (orgs.) Uma questão de gênero.
RJ: rosa dos ventos; FCC, 1992, pp.216 - 251.
- CHABAUD, Danielle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Sobre a
autonomia relativa da produção e da reprodução. In:
KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. O sexo do trabalho. RJ: paz
e terra, 1987. pp. 113 - 129.
- CHAU, Marilena. Cultura e Democracia. S.Paulo, ed.
brasiliense, 1980.
- DA MATTA, Roberto. A casa e a rua. RJ, ed. guanabara, 1987.
- DURHAN, Eunice. Movimentos sociais. in: Dados. vol.17,
n.1, 1984. pp. 185 - 242.
- EVERS, Tilman. Os novos movimentos sociais. In: Novos
Estudos CEBRAP, S.Paulo, vol 2, nº 4, 1984. pp.11-23.
- IBGE. Divisão territorial do Estado com indicação das
mesorregiões e microrregiões geográficas e municípios,
segundo as respectivas subordinações. In: sinopse
preliminar do censo demográfico - 1991 - Paraíba.

KARNER, Hartmut. **Movimentos sociais: revolução no cotidiano.**

In: Sherrer-warren, I.,Krischke,J.P. (orgs.) Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, ed. brasiliense, 1987.

KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais.**In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. O sexo do trabalho. RJ: paz e terra, 1987. pp.79-93.

LACLAU, E. **Os novo movimentos sociais e a pluralidade do social.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, S.Paulo, ANPOCS, vol.1,nº 2, 1986.

LOBO, E. Souza. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo, ed. brasiliense, 1992. pp.73-275.

PINTO, Céli R. Jardim. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: Costa, A., Bruschini C.O.(orgs.) Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos ; FCC, 1992, pp.127-150.

RELATORIO: **I encontro de mulheres trabalhadoras,** Pb, 1986. MMT, CUT.

RELATORIO: **IV encontro de mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste,** Pi, 1989.

RUBEN, G. R. **O que é nacionalidade.** Coleção primeiros passos, RJ,ed. brasiliense, 1986.

SADER, Eder. **Ideias e questões.** In: Quando novos personagens entram em cena : experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). S.Paulo, ed. paz e terra, 1987.

SAFFIOTI, Heleietth I.B. **Rearticulando Gênero e classe social.** In: Bruschini, C., Costa,A.O. (orgs.) Uma questão de gênero. RJ: rosa dos tempos; FCC, 1992, pp.183-215.

SHERRER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais.** In: Sherrer-warren, I.,Krischke,J.P. (orgs.) Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, ed. brasiliense, 1987.
cotidiano? São Paulo, ed. brasiliense, 1987.

SILVA, V.L.Mendonça. **A defesa dos direitos das trabalhadoras rurais: o caso de Araruna,** 1988. mimeo.

TOSI, Giuseppe. **Terra e Trabalho para quem nela trabalha: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano.** C.Grande, 1988. Dissert. (mestr.) Sociologia Rural/ UFPb.

ANEXO I

PERFIL DAS COORDENADORAS

NOME/ABREV.	ESTADO CIVIL	ATIVIDADE ECONÔMICA	MORADIA
D	casada	assentada/prof.	campo
E	solteira	peq.prop./prof.	campo
F	casada	dona-de-casa	cidade
G	casada	peq. proprietária	campo
J	casada	peq. proprietária	cidade
L	casada	assentada	campo
O	casada	arrendatária	cidade
P	solteira	professora	cidade
R	casada	assentada	campo
T	casada	peq. proprietária	campo
V	casada	peq. proprietária	campo
Y	casada	assentada	campo
Z	casada	peq. proprietária	campo

FONTE: MMT

ANEXO II

TRAJETORIA DAS COORDENADORAS

COORDENADORAS	PARTICIPAÇÃO ANTERIOR	PARTICIPAÇÃO ATUAL
D	CEBS	- STR - CUT - Partido
E	Associação de funcionários públicos	- Partido - CUT - Sind. dos professores - Igreja
F	CEBS CPT	- CEBS - CPT
G	STR Igreja	- CUT - STR
J	Pastoral Rural	- CPT - Sindicato
L	CEBS	- STR - CUT - CEBS
O	Clube de mães	- Partido - CUT - STR
P	Pastoral da juventude	- sindicato - CUT estadual e regional
R	CEBS	- CEBS - base do MMT

cont.

COORDENADORAS	PARTICIPAÇÃO ANTERIOR	PARTICIPAÇÃO ATUAL
T	CEBS	- STR - CUT
V	CEBS STR	- diretoria do STR - cooperativa - Igreja
Y	CEBS	- CEBS - SINTEP - STR
Z	CEBS Pastoral STR	- CUT - Partido - STR

FONTE: MMT

ANEXO III

LUGAR DE ORIGEM DAS COORDENADORAS

NOME (ABREV.)	MUNICIPIO	MICRORREGIAO	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONOMICA DA REGIAO
D	Tacima	Curimatau	pecuária
E	Solânea	Brejo	policultura
F	Sapé	Sape	abacaxi
G	Araçagi	agreste	policultura
J	Pirpirituba	Brejo	cana-de-açúcar
L	Araruna	Curimatau	pecuária
O	Cacimba de Dentro	Curimatau	pecuária
P	Lagoa de Dentro	Guarabira	policultura
R	Cacimba de Dentro	Curimatau	pecuária
T	Bananeiras	Brejo	policultura
V	Araçagi	Agreste	policultura
Y	Tacima	Curimatau	pecuária
Z	Duas Estradas	Brejo	cana-de-açúcar

FONTE: MMT/IBGE

ANEXO IV

ATUAÇÃO NA CUT

NOME /ABREV.	ENCARGO
D	direção da CUT regional
E	direção da CUT estadual
G	direção da Cut regional
J	direção da CUT regional
P	direção da CUT regional
Y	direção da CUT regional
Z	direção da CUT Estadual

FONTE: MMT